



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO
2014 - 2020

RESUMO NÃO TÉCNICO
RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A.

Outubro de 2014



1. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

O presente relatório constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Região Centro (de acordo com a alínea j) o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), e consubstancia uma síntese do processo de AAE (enquadramento e processo de avaliação); uma síntese dos efeitos significativos e recomendações; indicações sobre a divulgação e consulta do RA. Os conteúdos deste documento assentam numa estrutura específica e orientada precisamente numa ótica não técnica, de forma a assegurar os objetivos do público-alvo a que se destina.

É fundamental referir que este Relatório Ambiental resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Específicas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de abril de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão, após essas consultas. Assim, considerando que foi entretanto produzida outra versão do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas discrepâncias em relação à versão mais atual do POR, que foi alterada numa fase posterior a este Relatório. Essas alterações terão que ser vertidas em sede da Declaração Ambiental, que deve ser produzida com base na versão final do POR Centro que será aprovada.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I a IV do presente diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do presente diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente

- No âmbito específico da presente AAE do POR Centro, esta inclui-se na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A preparação do Programa Operacional da Região do Centro (adiante designado por POR Centro) para o período de programação 2014-2020, dos Fundos Europeus e Estruturais e de Investimento (FEEI), deverá ser acompanhada por um processo de AAE cujas elegibilidades previstas apresentem uma evidência de materialidade que impliquem efeitos no ambiente, nos termos designadamente do n.º 5 do artigo 3.º da Diretiva 42/2001/CE/, de 27 de junho, e de acordo com os “critérios de significância” enunciados no Anexo II desta diretiva.

- A realização de uma avaliação ambiental ao nível da elaboração do POR Centro pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante esta fase e antes da sua aprovação, contribuindo para assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro alargado de sustentabilidade; assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão; auxiliar na identificação, seleção e justificação das opções ganhadoras face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; identificar problemas e

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

oportunidades, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; assegurar o envolvimento de todas as partes interessadas, assim como processos participativos e transparentes.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina, juntamente com os processos de avaliação *ex-ante*, que processos como o POR Centro, que apresenta ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possa ser eficazmente elaborado, implementado e monitorizado. Nesse quadro, a metodologia proposta para a AAE da elaboração do POR Centro pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação.

2. QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA?

A metodologia definida no âmbito da presente AAE vai de encontro ao cumprimento do objetivo global deste processo, definido pela Diretiva da AAE:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável”.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas e experiência nacional em matéria de AAE¹, os objetivos que presidiram à realização da AAE, e conforme o respetivo Caderno de Encargos, foram:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O desenvolvimento e resultados deste processo são apresentados em sede do Relatório Ambiental (RA) Preliminar. Esse relatório é submetido a consulta, juntamente com o RNT, das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da implementação do PO, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como às instituições ou especialistas de reconhecido mérito na atividade objeto de consulta e ao público em geral. Estas consultas ocorrem num prazo de 20 (vinte) dias, juntamente com a proposta do PO. Após esta consulta, e com base na ponderação e integração dos pareceres e recomendações emitidos será elaborada uma nova versão do RA Final, tendo em consideração as consultas realizadas, e um relatório de ponderação aos contributos recebidos a integrar na versão final do RA.

Posteriormente, e após a entrega do RA versão Final e com a aprovação da versão final do POR será elaborada a Declaração Ambiental (DA) que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, deve conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais do Relatório Ambiental que foram integradas no Programa;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas, na fase de discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;

¹ Antunes et al. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão, Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.

Videira et al. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional das Pescas 2007-2013, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.

Greening Regional Development Programmes Network (GRDP) (2006). Handbook on SEA for Cohesion Policy 2007-2013. Greening Regional Development Programmes Network, Exeter, United Kingdom.

APA (20¹²). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

DGOTDU (2003). Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, Lisboa.

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

- As razões que fundaram a aprovação da proposta de POR à luz das outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

Assim, e em conformidade com as orientações da legislação, a AAE apresenta três momentos distintos, cujo encadeamento é apresentado na Figura 2.1, sendo que o presente relatório constitui-se como um produto da Fase 2 da AAE.



Figura 2.1 - Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE, do POR Centro

Neste seguimento, o processo de AAE foi então estruturado em torno de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) selecionados de acordo com as especificidades do Programa, do Quadro de Referência Estratégico orientador (que contém as principais políticas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial – Quadro 2.1) e do território em questão (Quadro 2.2), quer ao nível da caracterização da situação atual, quer na avaliação estratégica dos efeitos da elaboração do POR Centro.

Quadro 2.1 – Quadro de Referência Estratégico do POR Centro

Quadro de Referência Estratégico	
Documentos de Referência Internacionais	
Europa 2020	
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020)	
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)	
Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa (EICS)	
Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos (REEUR)	
Programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta» (PAU matéria de ambiente)	
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (EB 2020)	
Plano de Ação sobre a EcoInovação (Plano EcoAP)	
Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015) (QAH)	
Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC)	
Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural (CPPMCN) ² **	
Convenção para a salvaguarda do Património Arquitetónico na Europa (CSPAE) ³ **	
Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (CEPPA) ⁴ **	
Convenção Europeia da Paisagem (CEP) ⁵ **	
Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (CQCEVPCS) ⁶ **	
Documentos de Referência Nacionais	
Acordo de Parceria (2014-2020) (AP 2014-2020)	
Programa Nacional de Reformas (Portugal 2020)	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)	
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)	
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)	
Estratégia Nacional para o Mar (ENM)	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	
Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014 - 2020 (EFICE)	
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética: 2008-2015 (PNAEE)	
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)*	
Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)	
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013 – 2015 (PENT 2013 - 2015)	
Plano Estratégico dos Transportes 2011 – 2015 (PET 2011 – 2015)	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	

² De 1972 – aprovada nacionalmente pelo Decreto n.º 49/79, de 6 Julho;

³ Resolução aprovada para ratificação pela Assembleia da República n.º 5/91, de 16 de outubro de 1990 (Convenção de Granada de 1985);

⁴ Convenção de Malta de 1992, aprovada para ratificação pela Assembleia da República a 9 de outubro de 1997;

⁵ Florença, 20 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro;

⁶ Convenção de Faro, de 2005, aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 18 de Julho;

Quadro de Referência Estratégico

Programa Específico de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI)
Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) (aguarda aprovação)
Plano Estratégico de Transportes (PET)
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais 2000 – 2015 (PNAPRI 2000-2015)
Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2011-2020)
Plano Rodoviário Nacional (PNR2000)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC)

Documentos de Referência Regionais

Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Centro (PROT – Centro)
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT)
Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGBH Vouga, Mondego e Lis)
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH Douro)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRH Tejo)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POOC Ovar – Marinha Grande)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra (POOC Alcobaça – Mafra)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Dão e Lafões (PROF Dão e Lafões)
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF Beira Interior Norte)
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul (PROF Beira Interior Sul)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF Pinhal Interior Norte)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul (PROF Pinhal Interior Sul)
Planos Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF Centro Litoral)
Plano de Ordenamento Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PO PN Serras de Aire e Candeeiros)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (PO RN Dunas de S. Jacinto)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paúl de Arzil (PO RN Paúl de Arzil)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional (PO PN Douro Internacional)
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (PO PN Serra da Estrela)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (PO PN Tejo Internacional)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PO RN Serra da Malcata)
Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente - RIS3 do Centro de Portugal
Estratégia de Desenvolvimento Regional do CENTRO de PORTUGAL (EDR Centro de Portugal 2014-2020)

Legenda: * Apesar do PNAAS não se encontrar em vigor, uma vez que o seu período de vigência era 2008 – 2013, considera-se que, não havendo referência a uma revisão do mesmo ou qualquer outro referencial com mesmo âmbito, deve ser tido em consideração dado o seu caráter de prevenção e minimização dos riscos para a saúde. ** A nível nacional verifica-se a existência de um normativo legal nacional que, apesar de não se constituir um referencial estratégico, importa ter em consideração uma vez que reflete no seu conteúdo as várias convenções identificadas. Destaca-se assim a Lei de “Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Quadro 2.2 – Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação para a AAE do POR Centro

FCD	Pertinência	CrITÉrios de Avaliação
Competitividade e I&D&I	- Avaliar o contributo do POR para a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais; - Avaliar o contributo do POR Centro para o investimento das empresas em I&D&I, bem como para a criação de sinergias com centros de I&D&I e o ensino superior; - Avaliar o contributo do POR Centro para a capacitação das PME para o mercado externo, para a procura de novos mercados e para a dinamização do setor exportador - Avaliar o contributo do POR Centro para a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nas áreas do mar, indústria criativa, agricultura, floresta, turismo, biotecnologia e indústria sustentável. - Avaliar o contributo do POR Centro para o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o aproveitamento e valorização dos recursos naturais do território.	Sistema I&D&I: De que forma o POR promove a criação de sinergias entre as empresas, os centros de I&D&I e o ensino superior, assim como o desenvolvimento de projetos de valorização económica de I&D&I e de transferência de tecnologia, de modo a promover a criação de valor e a otimização sustentada da produtividade? Empreendedorismo, Produtividade, diferenciação e internacionalização: De que forma contribui o POR para a criação de empresas associadas à indústria criativa, bem como para a produção de bens e serviços diferenciadores no domínio do uso, gestão e valorização de recursos naturais e endógenos, que se traduzam em oportunidades de internacionalização? Dinamização dos sectores económicos: De que forma contribui o POR para a promoção de iniciativas locais para a dinamização das atividades económicas associadas ao aproveitamento e valorização dos recursos endógenos? Competitividade: De que forma contribui o POR para o aumento da capacidade competitividade e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários global aos processos de mudança e inovação?
	Avaliar o contributo do POR Centro para a redução do consumo de fontes fósseis de energia, aproveitamento eficiente de recursos energéticos endógenos, bem como fontes de energia renováveis e limpas, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável.	Recursos Energéticos: De que forma o PO contribui para o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos como fontes de energia alternativa? Eficiência Energética: De que forma o PO contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade? Mobilidade Urbana Sustentável: O PO promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis?
Qualificação Territorial	Avaliar o contributo do POR Centro para a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a manutenção da qualidade de ambiente urbano e paisagem.	Qualificação Urbana: O PO promove a conservação do edificado, e a reabilitação ou requalificação de espaços urbanos e zonas industriais degradadas ou abandonadas? Requalificação ambiental: O PO promove a preservação e melhoria das condições ambientais e paisagem?
Proteção e valorização dos recursos naturais e património	Avaliar o contributo do POR Centro para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Solo: O PO promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental? Recursos geológicos: O PO promove a exploração e uso sustentável dos recursos geológicos presentes? Recursos Hídricos: O PO promove a utilização sustentável dos recursos hídricos existentes?
	Avaliar o contributo do PO para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes.	Biodiversidade e ecossistemas: o PO promove a recuperação proteção da biodiversidade e a promoção de serviços ligados a ecossistemas?
	Avaliar o contributo do PO a proteção e valorização do património natural e cultural.	Património: O PO promove a recuperação, regeneração e viabilização do património natural e cultural?
	- Avaliar o contributo do POR Centro no reforço do apoio à família e à natalidade em particular bem como para a minimização das assimetrias regionais. - Avaliar o contributo do POR Centro para combater o abandono escolar, a melhoria da qualidade pedagógica e o reforço das	População: De que forma o POR Centro contribui para a renovação geracional e para o equilíbrio da estrutura etária da população? Capacitação e qualificação do capital humano: O POR Centro contribui para a redução do abandono escolar e para a melhoria da qualidade pedagógica? Contribui de igual modo para o aumento das competências profissionais
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social		

FCD	Pertinência	CrITÉrios de Avaliação
	competências académicas e profissionais. - Avaliar o contributo do POR Centro para desenvolver uma rede de apoio social a idosos, crianças e população portadora de deficiência bem como a integração social dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social. - Avaliar de que forma o POR Centro promove a inclusão ativa de idosos. - Avaliar o contributo do POR Centro para a inclusão dos desempregados no mercado de trabalho, especialmente os recursos humanos qualificados.	e aprendizagem ao longo da vida da população em idade ativa? Inovação e inclusão social: De que forma o POR Centro contribui para o apoio social a idosos, crianças e a grupos específicos mais vulneráveis bem como para o envelhecimento ativo e saudável? Além disso, de que forma contribui para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social? Emprego: De que forma é promovido o desenvolvimento social através da criação de emprego, de emprego qualificado e diminuição da taxa de desemprego, em especial de jovens em idade ativa?
Qualidade Ambiental	Avaliar o contributo do POR Centro no que se refere aos seus Eixos Prioritários, Objetivos e Ações para a Qualidade ambiental ao nível do ar e ambiente sonoro.	Qualidade do Ar: De que forma o POR Centro contribui para a qualidade do ar da Região Centro? Ruído: De que forma a estratégia adotada pelo POR Centro contribui para a redução e mitigação do ruído, promovendo a qualidade do ambiente sonoro?
	Avaliar o contributo do POR Centro no que se refere aos seus Eixos Prioritários, Objetivos e Ações para a minimização/eliminação e prevenção de dissonâncias ambientais.	Dissonâncias Ambientais: De que forma o POR Centro contribui para a minimização ou eliminação das dissonâncias ambientais identificadas no âmbito da contaminação de recursos hídricos e depósito ilegal de resíduos industriais?
Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Avaliar o contributo do POR Centro no que se refere aos seus Eixos Prioritários, Objetivos e Ações relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.	Riscos naturais: De que forma a estratégia adotada pelo POR Centro contribui para a redução dos riscos naturais, assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático? Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pelo POR Centro contribui para a redução dos riscos tecnológicos, assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?
	Avaliar de que forma o POR Centro tem em consideração os princípios e práticas de resiliência adaptação às alterações climáticas.	Riscos Mistos: De que forma as estratégias e objetivos adotados pelo POR Centro contribui para a redução dos riscos mistos, assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?
		Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo do POR Centro para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?

*Indicadores provenientes do Barómetro Regional

**Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do POR Centro, associados às Prioridades de Investimento definidas.

Por sua vez, e após a seleção das diferentes alternativas a adotar, a análise mais pormenorizada da proposta de Programa foi desenvolvida por FCD (Figura 2.2), o que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- Da avaliação da situação existente;
- Das tendências de evolução na ausência de implementação da elaboração do POR Centro;
- Da avaliação das linhas estruturantes preconizadas no plano, para os diferentes objetivos estratégicos propostos, em termos das oportunidades e ameaças para a sustentabilidade;
- Da definição de objetivos, indicadores e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da elaboração do POR Centro.

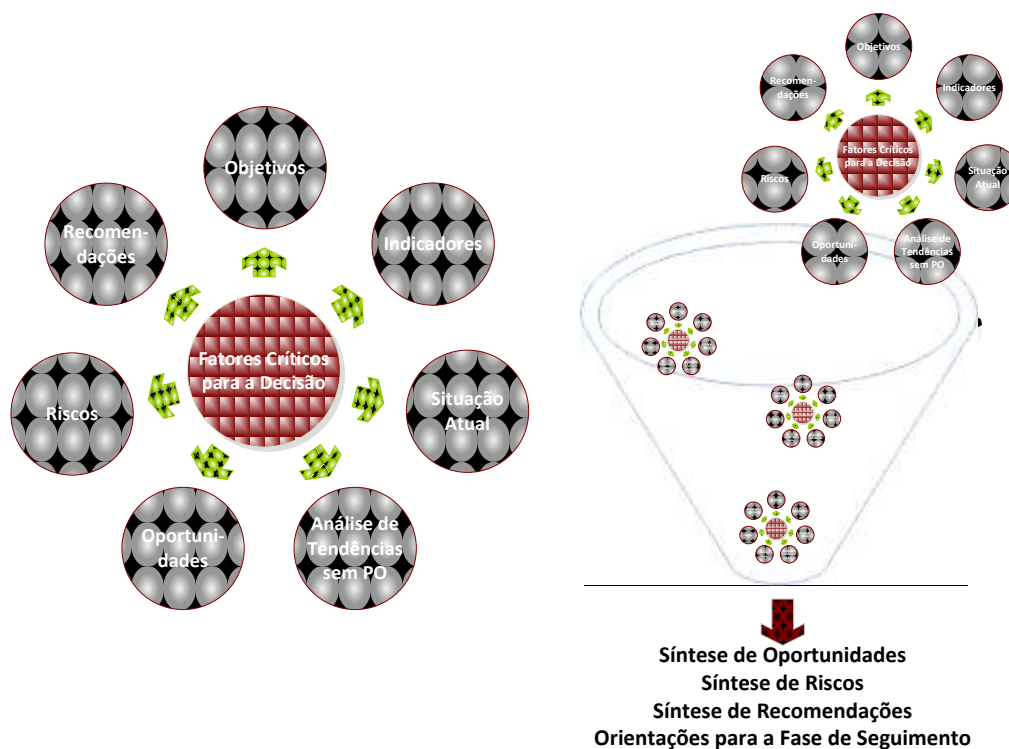


Figura 2.2 - Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores Críticos para a Decisão

3. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?

3.1. DESCRIÇÃO DO OBETO DE AVALIAÇÃO

No âmbito da preparação do período de programação financeira da Política de Coesão da União Europeia para 2014 – 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), incumbida pelo Governo de Portugal, juntamente com os atores locais e regionais, está a definir uma estratégia de desenvolvimento regional para o futuro do CENTRO de PORTUGAL – CRER 2020.

Neste sentido, a Estratégia de Desenvolvimento Regional (EDR) é delineada no Plano de Ação Regional (PAR) 2014-2020 e nas opções assumidas nos termos da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3), assumindo-se como principais elementos para o desenvolvimento do Programa Operacional Regional do Centro (POR Centro).

Estes pilares constituem a Estratégia de Desenvolvimento Regional - Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER) 2020”, validada no âmbito do “Novo QREN” designado Quadro Estratégico Comum (QEC) “.

Assim, tendo em consideração a Estratégia “Europa 2020”, as opções nacionais em termos de política de coesão a Estratégia de Desenvolvimento Regional (2014 – 2020) propõe-se incidir em sete prioridades nucleares:

- Sustentar e Reforçar a Criação de Valor;
- Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão;
- Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador;
- Reforçar a Coesão Territorial;
- Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador;
- Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes;
- Consolidar a Capacitação Institucional.

O PAR 2014-2020 operacionaliza a estratégia de desenvolvimento regional em cinco eixos de atuação:

- Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado;
- Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais;
- Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos;
- Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios e; Afirmar a sustentabilidade dos recursos e a descarbonização.

A Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente do Centro de Portugal (RIS3 - *Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation*) apresenta-se como uma “agenda de transformação económica integrada de base local”, que tem como ponto de partida a identificação das características e ativos específicos da Região Centro, com especial foco para as fileiras da agricultura e floresta, mar, turismo, inovação rural, inovação social, materiais, saúde e bem-estar, biotecnologia, energia e tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE), para, através de um processo sustentado e participado por todos os agentes regionais relevantes, estabelecer uma visão de futuro sustentável para o território. Salienta-se ainda que a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente de Portugal integra de forma coerente a RIS Centro, identificando os domínios e espaços de articulação e de especialização de carácter transversal. Estas estratégias articulam-se ainda com as estratégias sectoriais definidas no âmbito do Governo.

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

O POR Centro, financiado pelo FEDER e pelo FSE, apresenta-se estruturado em Eixos Prioritários (EP), definidos de acordo com as prioridades de desenvolvimento da Região Centro, estabelecidas e assumidas no PAR 2014-2020, as prioridades de desenvolvimento nacionais, consubstanciadas no Acordo de Parceria.

Perante estes desafios, o POR Centro em avaliação, é constituído pelos seguintes Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR);
- Eixo Prioritário 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS);
- Eixo Prioritário 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER);
- Eixo Prioritário 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR);
- Eixo Prioritário 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR);
- Eixo Prioritário 6: Afirmar Sustentabilidade dos Recursos (SUSTENTAR);
- Eixo Prioritário 7: Afirmar Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR);
- Eixo Prioritário 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR);
- Eixo Prioritário 9: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS).

Importa referir que, os nove Eixos Prioritários, mobilizam 10 Objetivos Temáticos (OT) e 29 Prioridades de Investimento (PI), cuja respetiva justificação de seleção é apresentada no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Eixos Prioritários, Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos do POR Centro
(Fonte: Programa Operacional da Região do Centro 2014 – 2020)

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
Eixo 1: COMPETIR	OT3: Reforçar a competitividade das PME (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo
		3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização
		3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços
Eixo 2: IDEIAS	OT1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente
			Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D
			Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial
		1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da	Aumentar o investimento empresarial em I&I
			Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação
			Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
		Especialização inteligente, apoio à Investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;	
Eixo 3: APRENDER	OT10: Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos
			Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
			Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem
		10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	Promover a realização de cursos superiores de curta duração
			Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
Eixo 4: EMPREGAR e CONVERGIR	OT8: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral		Apoiar alunos carenciados que se dirijam para instituições de ensino superior localizados no interior da Região
		10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica
			Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação
		8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas
			Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho
Eixo 5: APROXIMAR e	OT9: Promover a inclusão social e combater a pobreza	8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas
		8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas
		8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social
		8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Desenvolver o potencial endógeno regional
		9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da	Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
CONVERGIR	e a discriminação	empregabilidade	potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional
			Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa
		9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local
		9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde
		9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas
		9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local
Eixo 6: SUSTENTAR	OT4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos
		4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos
			Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social
		4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios
Eixo 7: CONSERVAR	OT6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Promover a valorização do património cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência
		6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos
		6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo
Eixo 8:	OT2: Melhorar o acesso às TIC, bem	2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha,	Modernização das administrações e dos serviços públicos

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
CAPACITAR	como a sua utilização e qualidade	aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	
	OT11: Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem 11.2 Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial
Eixo 9: MOVIMENTOS	OT7: Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	7.2. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTET, incluindo os nós multimodais	Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal
Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
Eixo 1: COMPETIR	OT3: Reforçar a competitividade das PME (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo
		3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização
		3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços
Eixo 2: IDEIAS	OT1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente
			Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D
			Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial
		1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da Especialização inteligente, apoio à Investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em	Aumentar o investimento empresarial em I&I Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
Eixo 3: APRENDER	OT10: Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;	
		10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos
			Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
			Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem
		10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	Promover a realização de cursos superiores de curta duração
			Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
Eixo 4: EMPREGAR e CONVERGIR	OT8: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral		Apoiar alunos carenciados que se dirijam para instituições de ensino superior localizados no interior da Região
		10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica
			Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação
		8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas
			Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho
		8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas
Eixo 5: APROXIMAR e CONVERGIR	OT9: Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas
		8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social
		8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Desenvolver o potencial endógeno regional
Eixo 5: APROXIMAR e CONVERGIR	OT9: Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
Eixo 6: SUSTENTAR	OT4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional
			Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa
		9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local
		9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde
		9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas
		9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local
Eixo 7: CONSERVAR	OT6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos
		4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social
		4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios
		6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Promover a valorização do património cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência
Eixo 8:	OT2: Melhorar o acesso às TIC, bem	6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos
		6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo
Eixo 8:	OT2: Melhorar o acesso às TIC, bem	2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha,	Modernização das administrações e dos serviços públicos

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
CAPACITAR	como a sua utilização e qualidade	aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	
	OT11: Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem 11.2 Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial
Eixo 9: MOVIMENTOS	OT7: Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	7.2. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTET, incluindo os nós multimodais	Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal

Assim, o objeto de avaliação ambiental estratégica é o POR Centro, materializado nos respetivos Eixos Prioritários, Objetivos Temáticos e Objetivos Específicos no âmbito de cada uma das Prioridades de Investimento definidas, bem como nas ações do Plano de Ação Regional do Centro 2014 – 2020 que se enquadrem no POR, sempre que necessário e adequado (com especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas de desenvolvimento ambiental, económico e social com incidência espacial).

O estabelecimento do quadro de governança no âmbito da elaboração do POR Centro pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Programa, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. No entanto, apesar de nesta fase do processo de programação não existir uma definição clara sobre a estrutura da governação do PO, a estrutura do Quadro de Governança para a Ação (QGA) deve estar plenamente integrada com a estrutura de governação que vier a ser definida para o POR (Comissão de Acompanhamento, Comissão Executiva, ...).

Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

O Quadro 3.2 identifica as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do POR Centro e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das apostas estratégicas previstas no Programa Operacional.

Quadro 3.2 – Quadro de Governança para a Ação no âmbito da AAE do POR Centro

Entidades	Competências da entidade
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC, I.P.)	Autoridade de gestão.
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.)	- Autoridade de certificação, quando aplicável; - Coordenação técnica dos fundos comunitários.
Inspeção Geral das Finanças (IGF)	Autoridade de auditoria.
Agência Portuguesa de Ambiente (APA)	- Acompanhar a execução das políticas de ambiente; - Prevenir e controlar da poluição; - Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; - Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; - Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; - Acompanhar a execução do POR Centro.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	- Gestão sustentável das espécies e habitats; - Proteger e valorizar as zonas protegidas; - Acompanhar a execução do POR Centro.
Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	- Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; - Acompanhar a execução do POR Centro.
Administração Pública (p.e. Direções Regionais ou equiparadas)	- Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Centro e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais. - Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Centro. - Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.
Administração Local (p.e. autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais)	- Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Centro e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais - Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	- Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Centro e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de energia. - Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.
ADENE – Agência para a Energia	- Operacionalizar candidaturas e projetos no âmbito do POR Centro e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética. - Informar e disponibilizar dados sobre o grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do programa e seguimento da AAE.

4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO POR CENTRO?

Neste capítulo apresenta-se uma breve caracterização da situação atual na área de intervenção (AI) POR Centro e tendências de evolução sem implementação do Programa relativamente aos diversos FCD, com o intuito de definir um referencial para a avaliação dos efeitos de natureza estratégica do Programa sobre os mesmos.

4.1. COMPETITIVIDADE E I&D&I

4.1.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada do sistema I&D&I, competitividade, diferenciação, produtividade e internacionalização dos setores económicos da Região Centro, com especial foco para a ecoinovação e valorização dos recursos naturais permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Competitividade e I&D&I”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Pontos Fracos											
Debilidades estruturais ao nível do tecido produtivo, constituído por unidades de reduzida dimensão, com baixa intensidade em tecnologia e inovação											
Insuficiente nível de despesa em I&D (1,3% do PIB em 2010), em especial por parte das empresas (0,6%)											
Número insuficiente de doutorados e investigadores absorvidos pelas empresas e outras organizações que não as próprias instituições de ensino superior;											
Assimetrias de desenvolvimento intrarregionais acentuadas, nomeadamente em termos de distribuição do tecido produtivo, das atividades geradoras de emprego e de nível de rendimento;											
Existência de espaços sub-regionais com problemas específicos, decorrentes do declínio de certas atividades e setores produtivos e de problemas económicos											
Estrangulamentos ao nível das conexões logísticas multimodais eficientes com repercussões evidentes ao nível da coesão territorial e da competitividade;											A melhoria da mobilidade regional dos agentes económicos e o investimento em acessibilidades potencia o aumento da competitividade económica, da capacidade exportadora dos territórios, bem como para a redução do tempo e dos custos com transporte. Contributo para o melhor acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística; Contributo para o reforço da intermodalidade; Contributo para a qualidade ambiental;
Inexistência de uma cadeia e rede de plataformas logísticas de âmbito regional localizadas nos nós de											Consolidação de uma rede regional de plataformas logísticas, sempre

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
interceção entre os grandes corredores de transporte de mercadorias, e acessibilidade aos grandes polos indústria e de consumo;											que possível com garantias de intermobilidade, numa lógica de sustentabilidade da sua operação.
Falta de organização no setor da pesca e transformação do pescado, nomeadamente no que refere à introdução de novas técnicas e tecnologias											
Ausência de ligações intermodais a partir dos portos da Região Centro											Contributo para o melhor acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística;
Déficé de imagem turística e de notoriedade da Região Centro;											Promoção de parcerias e redes para desenvolver o turismo associado ao território, promovendo iniciativas de marketing, promoção e comercialização. Desenvolvimento do turismo associado ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto destino sustentável;
Dificuldades de coordenação entre os vários agentes que operam no mercado turístico, falta de concertação estratégica regional e de estruturação da oferta turística;											
Falta de articulação entre as empresas ligadas ao mar e as instituições de I&D											
Resultados da participação das universidades e centros de I&D em projetos internacionais na área das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE) com impacto reduzido no tecido empresarial											
Pontos Fortes											
Existência de empresas e organizações de produtores dinâmicas, associadas a formas inovadoras de comercialização de bens agrícolas, nomeadamente, os mercados locais, sistema “porta-aporta”, internet e lojas gourmet, bem como a existência de condições edafoclimáticas favoráveis à prática agrícola;											
Capacidade de oferta de serviços de outsourcing nas áreas de desenvolvimento de hardware e software de elevada complexidade;											
Condições naturais, climáticas e ambientais favoráveis ao desenvolvimento das várias atividades ligadas ao Mar, incluindo aproveitamento turístico e de desportos náuticos;											
Centros de investigação e instituições do SCT ligados ao Mar: Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, IMAR, CESAM;											
Componentes fortes de turismo religioso e de turismo de bem-estar e saúde;											
Existência de um ecossistema para o desenvolvimento de equipamentos, serviços, aplicações e software de gestão de redes no âmbito das telecomunicações com créditos firmados no mercado internacional											
Capacidade instalada e relevância dos portos da Região Centro, ou dimensão de alguns tipos de pescado (exemplo do bacalhau); indústrias navais existentes (Aveiro, Peniche, Figueira da Foz)											
Produtos endógenos (queijo, vinho, artesanato) com grandes potencialidades, diversidade de produtos turísticos e ao vasto património histórico											
Existência de importantes instituições de I&DT (ensino superior, centros de investigação e incubadoras,...) com capacidade de apoio instalada;											
Único Parque de Ciência e Tecnologia do País dedicado à biotecnologia (BIOCANT)											
Existência de um <i>cluster</i> associado à área académica (ciências da saúde), de investigação clínica e de prestação dos cuidados de saúde											
Sistema I&D&I regional inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais – Universidades, Centros de Investigação											

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro											Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7		
Oportunidades												
Oportunidade para acolher novos produtores agrícolas, com práticas ambientalmente sustentáveis												
Oportunidade para a criação de sinergias entre as instituições de I&D com o objetivo de reduzir a sazonalidade de algumas produções, bem como para a transferência de tecnologia e conhecimento ecoinovador;												
Oportunidade para investir em produtos de agrícolas de qualidade para o "mercado da saúde" e para exportação;												
Oportunidade para capacitar e melhorar a articulação e criação de parcerias entre o sistema I&D&I regional e os produtores florestais, tendo como objetivo a seleção de espécies que contribuam para a adaptação às alterações climáticas, mas também para a redução do risco de incêndio;												
Oportunidade para a criação de novos produtos e empresas resultantes da valorização dos recursos endógenos agrícolas e florestais, e minerais, nomeadamente o mercado de carbono e biodiversidade;												
Oportunidade para implementar novos sistemas de gestão florestal alicerçados em práticas económicas e ambientais mais sustentáveis;												
Oportunidade para criar novas áreas de negócio associadas as desenvolvimento de plataformas <i>offshore</i> , apostando na internacionalização das competências nacionais no domínio das energias renováveis.												
Criação de novos <i>clusters</i> associados ao conhecimento e economia de mar												
Explorar e dinamizar as atividades económicas associadas ao mar, com especial foco para o aproveitamento dos recursos naturais vivos e não vivos, energias renováveis e biotecnologia;												
Criação de novos produtos e serviços associados à economia do mar, aproveitando as competências e tecnologias existentes, contribuindo para o aumento da internacionalização e modernização dos setores económicos;												
Oportunidade para dinamizar as atividades económicas associadas à saúde e bem-estar;												
Reforçar o turismo náutico, a náutica de recreio e atividades desportivas;												
Mercado turístico revela novos padrões de consumo e motivações, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e de qualidade ambiental;												
Ameaças												
Concorrência mundial no setor agrícola a baixos preços												
Resistência à cooperação e trabalho em rede												
Crise nacional e internacional												
Eventual decréscimo de competitividade regional face a outros destinos/regiões concorrenciais, resultando numa diminuição da quota de mercado da Região Centro												

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito de PO Temático		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade; OT3 - Reforçar a competitividade das PME; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza; OT10 - Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11 - Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente;

4.1.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da área em estudo na ausência da implementação do POR Centro, de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Neste contexto, na ausência de implementação do POR Centro é expectável que se mantenham os atuais problemas estruturais ao nível do tecido produtivo, com baixa intensidade em tecnologia e inovação, com debilidade das ligações intermodais e logísticas, bem como a dificuldade de articulação entre as empresas e o sistema de I&D.

De igual modo, perspetiva-se que a Região Centro sofra um afastamento dos objetivos e das metas definidas, com especial foco para o decréscimo da produção de conhecimento, desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos mais sustentáveis, ecológicos e eficientes, que contribuam para a redução das pressões das atividades económicas sobre o ambiente.

Sem a implementação do POR Centro prevê-se igualmente que as empresas mantenham a baixa capacidade para se adaptarem às mudanças tecnológicas e desafios ambientais, assim como para a reduzida capacidade de valorização dos produtos endógenos associados aos setores de especialização da Região.

4.2. ENERGIA

4.2.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Energia permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.2.

Quadro 4.2 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Energia”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações /Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Pontos Fracos											
- Não obstante a tendência crescente nos últimos anos, observou-se em 2013 a uma retração da potência instalada em edifícios com sistemas de microgeração de energia por FER.											
- Não obstante o ligeiro decréscimo no consumo elétrico em 2011, os dados históricos permitem concluir a existência de alguma dificuldade em obter reduções contínuas e significativas de eletricidade nos edifícios de administração pública.											
- Dificuldades na implementação física de redes e equipamentos de apoio aos modos suaves e insuficiente capacidade de intermodalidade entre estes e os restantes tipos de transporte público disponíveis.											
- Dificuldade de penetração de outras fontes de energia alternativa nos transportes públicos (em detrimento dos combustíveis fósseis).											
- Aumento do consumo de combustíveis fósseis nas atividades de comércio a grosso e a retalho.											
- Aumento do consumo <i>per capita</i> de eletricidade na Região, apresentando uma capitação superior à média nacional.											
- Subsiste ainda um alargado número de edifícios sem certificação energética, e reduzido número de edifícios com											

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações /Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
classe energética A ou A+, apesar do crescimento do número de edifícios certificados nos últimos anos.											
Pontos Fortes											
- Bons índices de capacidade instalada e produção de energia a partir de fontes renováveis.											
- Decréscimo generalizado do uso de combustíveis fósseis, sendo de destacar a redução obtida nas atividades dos transportes terrestres, indústria, construção civil, agricultura e doméstico.											
- Alguma capacidade de dissociação da relação entre produtividade e consumo de eletricidade.											
- Aumento generalizado do consumo de gás natural.											
Oportunidades											
- Adoção de medidas de eficiência energética no parque edificado, quer privado como da administração pública, ou habitação social, através do incentivo da certificação energética, o reforço de ações de requalificação do edificado e a introdução de materiais de construção capazes de promover o conforto térmico (p.e. paredes e caixilharia dupla), equipamentos que permitam a redução do consumo energético (p.e. iluminação por tecnologia LED), bem como implementação de FER nos sistemas de climatização e de microgeração de energia.											
- Cooperação institucional e implementação de boas práticas e melhores tecnologias disponíveis nos setores da indústria de modo a incutir maior eficiência energética nos processos produtivos, promovendo-se a dissociação entre capacidade produtiva e consumo energético e consequentemente a sua competitividade.											
- Inversão da tendência e reforço na aposta em modos suaves e sua intermodalidade com meios de transporte público já existentes, bem como o reforço em infraestruturas que promovam a mobilidade sustentável (p.e. ciclovias, vias pedonais).											
Ameaças											
- A atual incapacidade de redução significativa do consumo de energia elétrica, e insuficiente promoção da eficiência energética nos setores habitacional, industrial e dos transportes poderá protelar o objetivo de independência energética, diminuir o consumo de recursos energéticos e proporcionar o aumento dos custos ambientais e energéticos prejudicando a competitividade da economia e qualidade de vida dos cidadãos.											
- A atual capacidade de oferta de transportes públicos e insuficiente intermodalidade, bem como a ausência de soluções alternativas de energia para o setor dos transportes e carência de soluções abrangentes de modos suaves, poderá inviabilizar a redução desejada ao nível do consumo de combustíveis fósseis, continuidade das práticas atuais de uso preferencial de veículos privados, prejudicando a qualidade de vida da comunidade e efeitos negativos para o Ambiente, designadamente, ao nível da depleção e recursos naturais e emissão de gases de efeito de estufa.											

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.2.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Num cenário de ausência do POR Centro, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Manutenção de um número considerável de edifícios e atividades com baixos índices de eficiência energética, potenciando consumos elevados de energia primária, com origem maioritariamente em fontes de energia fósseis provenientes do exterior, com prejuízo para a economia e competitividade, bem como para a qualidade de vida e capacidade financeira da população residente.
- Manutenção da tendência de insuficiente capacidade de oferta dos sistemas públicos de transporte com prejuízos para a capacidade de integração e diversificação modal, de deslocação e comunicação e, consequentemente, dificuldades acrescidas para a competitividade das atividades económicas e qualidade de vida da população, potenciando o uso de veículos privados e os custos energéticos e ambientais (p.e. emissões GEE, qualidade do ar e ruído).
- Insuficiência infraestrutural, equipamentos ou mobiliário urbano que incentive a mobilidade sustentável e integração de modos suaves com plataformas de transporte público, bem como o pouco significativo uso de fontes alternativas de energia nos meios de transporte.

4.3. QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

4.3.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Qualificação Territorial permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Objetivo Temático – Quadro 4.3.

Quadro 4.3 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Qualificação Territorial”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Pontos Fracos											
- Existência de áreas com necessidade de reabilitação urbana, marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva.											
- Dificuldade operacional na remoção de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e encaminhamento para soluções tecnológicas alternativas de valorização energética ou orgânica já existentes na Região, bem como a inexistência de sistemas de tratamento e valorização de resíduos perigosos e contaminados, e dificuldades de gestão de alguns fluxos de resíduos de fileira (p.e. RCD, REEE), potenciando situações de poluição pontual ou contaminação do meio ambiente e degradação paisagística.											
Pontos Fortes											

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
- Parque edificado genericamente em bom estado (64%). Existência de 60 a 70 mil edifícios (81% deles construídos antes da década de 60) com necessidade de grandes ou muito grandes reparações.											
Oportunidades											
- Desenvolvimento de intervenções de requalificação do espaço público, de recuperação infraestrutural e energética de edifícios, de reconversão e integração paisagística, de qualificação de espaços exteriores em alguns bairros sociais, e de mobiliário urbano.											
Ameaças											
As dificuldades operacionais de gestão de algumas tipologias de resíduos suscitam potenciais riscos de contaminação do meio ambiente (solo e recursos hídricos) e degradação paisagística nos locais identificados com este tipo de passivo ambiental (p.e. áreas industriais degradadas ou abandonadas). Este aspeto suscita também uma ameaça para a saúde e qualidade de vida da população.											

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.3.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Num cenário de ausência do POR Centro, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Menor capacidade financeira para ações de reabilitação urbana, subsistindo áreas caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, e espaços livres, bem como zonas industriais obsoletas ou em declínio, induzindo efeitos nefastos para a qualidade de vida, economia e ambiente, designadamente através da ocorrência de fenómenos de poluição acidental ou contaminação, degradação paisagística e riscos para a salubridade e saúde humana.
- Manutenção de dificuldades operacionais e de gestão com vista à remoção de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e encaminhamento para soluções tecnológicas alternativas de valorização energética ou orgânica (e que já existem na Região), bem como a manutenção de inexistência de sistemas de tratamento e valorização de resíduos perigosos e contaminados, e dificuldades de gestão de alguns fluxos de resíduos de fileira (p.e. RCD, REEE), prevendo-se a manutenção de ocorrência de situações de poluição pontual ou contaminação do meio ambiente e degradação paisagística.

4.4. PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PATRIMÓNIO

4.4.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e do Património permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Objetivo Temático – Quadro 4.4.

Quadro 4.4 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro											Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7		
Pontos Fracos												
Património natural e cultural em risco de degradação irreparável, decorrente da sobre utilização, do abandono ou da ausência de investimentos.												
Predomínio do minifúndio, sem modelos de gestão sustentáveis e inexistência de entidade regional que agregue e articule os interesses e os objetivos dos vários <i>players</i>												
Reduzida integração dos produtos florestais nas obras públicas e fileira do habitat e da mobilidade												
Focos acentuados de poluição em alguns dos recursos hídricos e solo, e fragmentação dos ecossistemas e corredores ecológicos da Região Centro devido à pressão urbana, industrial e pecuária que se fazem sentir.												
Pontos Fortes												
Diversidade de situações biorregionais (atlântica /mediterrânea e altitude) com correspondente variabilidade edafoclimática, permitindo um diversificado leque de modelos silvícolas												
Diferentes modelos de gestão e exploração florestal em aplicação, com diversificados produtos resultantes												
Condições naturais, climáticas e ambientais favoráveis ao desenvolvimento das várias atividades ligadas ao Mar, incluindo aproveitamento turístico e de desportos náuticos												
Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, áreas naturais protegidas, floresta, etc												
Existência de áreas relevantes para a conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural												
Património natural e paisagístico expresso na qualidade e diversidade de recursos naturais												
Património natural de enorme relevância, que possui um valor ambiental importante para além de encerrar um potencial de recursos económicos inexplorados que importa proteger, preservar e valorizar de forma sustentável												
Existência de um vasto património histórico, cultural e arquitetónico de inegável valor e projeção nacional e internacional (onde se inclui Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO);												

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.											
Oportunidades											
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas presentes relacionados quer com a capacidade produtiva quer com a proteção e conservação da natureza, promovendo a valorização dos serviços prestadas por estes (ex: floresta, recursos hídricos)											
Perspetivas de afetação de espaços florestais aos mercados emergentes do carbono e da biodiversidade											
Maior exploração das atividades relacionadas com o Mar, dadas as condições da Região Centro, com especial atenção para as energias renováveis, a biotecnologia e aproveitamento de recursos vivos e não vivos											
Valorização e aproveitamento dos vastos recursos naturais e culturais capazes de atrair fluxos de turismo distintos (turismo de natureza, cultural, saúde, desporto, etc)											
Elaboração de instrumentos de gestão e ordenamento das áreas relevantes para a conservação e proteção da natureza											
Reconhecimento da dimensão estratégica da cultura enquanto instrumento de coesão territorial e social (fator cultural assumido como elemento de inclusão e coesão);											
Ameaças											
Ausência de gestão de espaços florestais e de gestão de espaços agrícolas e silvopastoris adjacentes, motivados pelo declínio da população rural e suas atividades											
Significativa afetação dos espaços florestais pelo rápido alastramento das áreas de espécies lenhosas invasoras											
Fragilidades relacionadas com a prevenção e gestão de riscos abióticos.											
Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo											
Restrições orçamentais no domínio do ambiente e cultura, decorrentes da conjuntura socioeconómica.											
Ausência de salvaguarda, nos instrumentos de ordenamento do território, dos usos nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, limitando estratégias e objetivos integrados de salvaguarda e valorização do património											

Legenda:

	Considerado / internalizado / mitigado / potenciado no Programa
	Não Considerado / internalizado / mitigado / potenciado no Programa
	Elementos insuficientes para avaliar se o Programa apresentará efeitos
	Ámbito de PO Temático
	Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.4.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, patrimoniais e culturais, na ausência de elaboração do POR Centro, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência de um leque considerável de valores naturais e patrimoniais significativos, para além de um conjunto de instrumentos legais no quadro nacional, europeu e internacional, considera-se que muitos dos objetivos ambicionados para esta região ficarão por alcançar sem a concretização do presente PO. Considera-se assim que na ausência do financiamento previsto pelo POR Centro, a região poderá não ser capaz, por meios próprios, de melhorar o seu posicionamento internacional e aumentar a sua atratividade, uma vez que este processo passa, necessariamente, pela utilização/exploração sustentável e preservação dos recursos naturais, bem como a promoção e valorização do património natural e culturais presentes.

4.5. CAPITAL HUMANO, INCLUSÃO ATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

4.5.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio do Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Objetivo Temático – Quadro 4.5.

Quadro 4.5 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Pontos Fracos											
Envelhecimento populacional, especialmente nas áreas do Interior;											
Despovoação do Interior;											
Aumento do desemprego;											
Aumento do número de beneficiários de RSI;											
Taxa de analfabetismo elevada											
Pontos Fortes											
Cidades médias com reconhecida qualidade de vida;											
Elevada oferta de ensino científico e tecnológico: instituições de ensino superior, laboratórios do estado, centros de investigação, centros tecnológicos e de transferência de tecnologia;											
Existência de instituições de ensino superior com cursos relacionados com o ambiente;											
Taxa de emprego constante e diferenças pouco significativas entre géneros;											
Oportunidades											
Instrumentos financeiros de apoio à fixação da população em meios rurais;											
Aumento do número de iniciativas e programas de apoio e incentivo ao repovoamento rural;											
Aumento da utilização generalizada das TICE;											
Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e formação profissional.											
Ameaças											
Fraca capacidade de regeneração da população, em particular nas sub-regiões de Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Beira Interior											

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro										Observações/ Síntese
	3	1	10	8	9	4	6	2	11	7	
Sul;											
Dificuldade em mobilizar a população para os meios rurais;											
Crescimento do desemprego a nível nacional;											

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito de PO Temático		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.5.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Sem o POR Centro a adaptação ao contexto recente ficaria comprometida. Encontram-se em fase de implementação diversos planos e programas que contribuem de forma positiva para o desenvolvimento social, nomeadamente a ENDS 2015, o PNPOT, o PANCD, os planos especiais de ordenamento do território e os planos municipais. Estes documentos apontam para uma aposta no investimento que permita melhorar a situação regional. No entanto, sem o POR Centro será mais difícil assegurar os recursos necessários para atingir as metas propostas, quer nos referidos referenciais, quer das estratégias europeias.

Neste contexto, é possível o aumento dos problemas associados ao envelhecimento da população e à redução da taxa de natalidade, ao desemprego, à pobreza e à exclusão social. Do mesmo modo, agravaria o problema de despovoamento das áreas rurais, que afeta o interior da região, bem como as assimetrias regionais, com implicações no aumento do risco de degradação ambiental e redução da qualidade de vida da população residente.

Apesar das melhorias significativas na educação e escolaridade da população bem como no número de investimentos de serviços de proximidade territorial (saúde, educação, comunicação,...), de acordo com o diagnóstico, o facto é que ainda é necessário algumas intervenções a este nível, principalmente nos níveis de escolaridade da população. Sem o POR Centro, a tendência positiva que se tem registado nos últimos anos irá ser prejudicada. Além disso, uma população instruída reforça a relação entre o homem e a natureza, tendo em consideração que terá uma maior consciência crítica sobre os problemas ambientais.

4.6. QUALIDADE AMBIENTAL

4.6.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Qualidade Ambiental permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Objetivo Temático – Quadro 4.6.

Quadro 4.6 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Qualidade Ambiental”, no POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro											Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
Pontos Fracos												
Qualidade ambiental, com padrão territorial abaixo da média nacional em quase todas as NUTS III do litoral												OT3 - Nenhuma outra componente da Qualidade do Ambiental, para além da qualidade do ar. é possível analisar no âmbito das ações previstas nos OT.
Ausência de soluções de tratamento e destino final adequado para resíduos industriais												O ponto fraco identificado será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Focos de poluição acentuados em alguns dos recursos hídricos												O ponto fraco identificado será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio)
Pontos Fortes												
Qualidade ambiental com padrão territorial relativamente equilibrado												OT3 - Nenhuma outra componente da Qualidade do Ambiental, para além da qualidade do ar. é possível analisar no âmbito das ações previstas nos OT.
Oportunidades												
Maior preocupação e consciencialização para com ocorrências ilegais de abandono ilegal de resíduos e descarga de águas residuais												
Promoção de medidas para implementação da eficiência energética, contribuindo nomeadamente para a qualidade do ar da Região												
Ameaças												
Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente subvalorização nomeadamente ao nível da qualidade ambiental												OT3 - Nenhuma outra componente da Qualidade do Ambiental, para além da qualidade do ar. é possível analisar no âmbito das ações previstas nos OT.

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito do PO Temático		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.6.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da área de intervenção na ausência de execução do POR Centro de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos do PO.

Deste modo, perante a análise efetuada e considerando a atual situação relativamente ao potencial contributo do POR Centro no que se refere à qualidade do ar, ruído e dissonâncias ambientais, prevê-se que sem a execução do POR se mantenha uma tendência negativa no que respeita à não internalização das mesmas nos projetos apoiados, contribuindo assim potencialmente para a ocorrência e/ou agravamento de situações de poluição do ar, ruído e dissonâncias ambientais.

4.7. RISCOS E RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

4.7.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio dos Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do PO, por Objetivo Temático – Quadro 4.7.

Quadro 4.7 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”, POR Centro

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro											Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
Pontos Fracos												
Existência de situações de risco, decorrentes da exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens a perigos identificados na Região												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). Contudo, a discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.
Pontos Fortes												
Existência de instrumentos de ordenamento cujo âmbito promove a proteção das zonas ecologicamente mais sensíveis												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). A discriminação das ações poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e princípios e práticas de resiliência às Alterações Climáticas.
Existência de amenidades climáticas												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). A discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais.
Oportunidades												
Maior preocupação e consciencialização ao nível nacional e internacional para os riscos associados a fenómenos naturais potenciados pelas alterações climáticas												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). A discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios com princípios e práticas de resiliência às Alterações Climáticas.
Aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para potenciar a resiliência às alterações climáticas												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). A discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios com princípios e práticas de resiliência às Alterações Climáticas.
Elaboração de instrumentos de prevenção e minimização de riscos												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). Contudo, a discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.
Ameaças												
Conflitualidade de ocupações e usos com forte pressão sobre o território e sobre a capacidade de prevenção e minimização de riscos												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). Contudo, a discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Centro											Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
												compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.
Incremento das vulnerabilidades, perigosidades e riscos naturais nomeadamente associados às alterações climáticas												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). Contudo, a discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.
Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica												As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). Contudo, a discriminação das ações do OT6 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar critérios no sentido da prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.

Legenda:

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito do PO Temático		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------	--	-----------------------------

Objetivos Temáticos: OT3 - Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6 - Preservar o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade; OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública; OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

4.7.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM O POR CENTRO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da Região do Centro na ausência da implementação do POR Centro de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Considerando a atual situação relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, prevê-se que sem a implementação do POR Centro se mantenha uma tendência negativa no que respeita à não internalização das mesmas nos projetos apoiados, contribuindo assim potencialmente para a ocorrência e/ou agravamento dos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos.

Ao nível da resiliência e adaptação às alterações climáticas, prevê-se que sem a implementação do POR Centro se mantenha uma tendência ligeiramente negativa no que respeita à capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas da Região do Centro, uma vez que serão mantidas as condições para a concretização das ameaças identificadas nos elementos de caracterização e diagnóstico.

Em síntese, perspetiva-se que a evolução das componentes associadas aos riscos naturais, tecnológicos e mistos e resiliência e adaptação às Alterações Climáticas se apresente tendencialmente negativa.

5. QUAIS OS EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO POR CENTRO?

O Quadro 5.1 consiste numa tabela de dupla entrada, em que no eixo horizontal são considerados os objetivos temáticos do POR Centro e no eixo vertical são considerados os critérios e respetivos indicadores analisados anteriormente referentes aos diversos FCD sintetizando, deste modo, os principais efeitos das estratégias do programa sobre os pontos estratégicos definidos para cada FCD.

Por sua vez, o Quadro 5.2 apresenta a síntese descritiva dos efeitos previstos.

Quadro 5.1 – Efeitos dos Objetivos Temáticos do POR Centro sobre os indicadores, por FCD

Síntese dos Efeitos do Programa Operacional												
FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Objetivos Temáticos do POR Centro									
			3	1	10	8	9	4	6	2	11	7
Competitividade e I&D&I	Sistema I&D&I	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro *	+	++	++	++	0	+	0	0	0	0
		Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional	+	++	++		0	0	0	0	0	0
		Doutorados e pós-graduados em empresas e organizações	++	++	++	++	0	0	0	0	0	0
		Evolução da posição da Região Centro no “Regional Innovation Scoreboard”.		++	++	0	0	0	0	0	0	0
		Pedidos de invenções de origem portuguesa na Região Centro, com especial foco para a ecoinovação	++	++	0	0	0	0	0	0	0	0
		Empresas <i>spin off</i> criadas, com foco na ecoinovação e valorização dos recursos endógenos	++	++	0	0	0	0	0	0	0	0
		Consórcios e parcerias nacionais orientadas para atividades de I&D, empreendedorismo e ecoinovação e em co-promoção	++	++	0	0	0	0	0	0	0	0
	Empreendedorismo, Produtividade, diferenciação e internacionalização	Empresas gazela por setor de atividade	++	+	0	0	0	0	0	0	0	0
		Volume de negócios por setor de atividade	++	0	0	+	0	0	++	0	0	0
		Nascimentos de empresas por setor de atividade, com especial foco os nascimentos de empresas nos setores de alta e média-alta tecnologia e valorização dos recursos naturais endógenos *	++	++	0	+	0	0	++	0	0	0
		Valor acrescentado bruto por setor de atividade, com foco na valorização de uso de recursos naturais	++	+	0	+	0	0	++	0	0	0
		Variação das exportações de bens e das vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas por setor de atividade	++	+	0	+	0	0	++	0	0	0
	Dinamização dos sectores económicos	Empresas apoiadas no âmbito das iniciativas locais de emprego ou estímulo à oferta de emprego, com foco na ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais	++	+	0	++	++	0	++	0	0	0
		Postos de trabalho criados através do apoio às iniciativas locais de emprego, com foco na ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais	++	+	0	++	++	0	++	0	0	0
		Rótulos ecológicos certificados	++		0	+	+	0	++	0	0	
	Competitividade	Plataformas logísticas inter e multimodais	++	0	0	0	0	0	0	0	0	++
		Ligações viárias, do tipo “last mile” construídas ou intervencionadas	++	0	0	0	0	0	0	0	0	++
		Construção e requalificação de infraestruturas de logística	++	0	0	0	0	0	0	0	0	++
		Ativos abrangidos em ações de formação em contexto empresarial	++	0	0	++	0	0	0	0	0	0
		Empresas que implementaram planos de mudança organizacional associados à formação	++	0	0	++	0	0	0	0	0	0
Energia	Recursos Energéticos	Produção de energia elétrica por tipo de fonte	0/+	0/+	0	0	0	+/++	0	0	0	0
		Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo	0/+	0/+	0	0	0	+/++	0	0	0	0
		Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica	0/+	0/+	0/+	0	0/+	+/++	0	0	0	+/++
	Eficiência Energética	Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo	0/+	0/+	+/++	0	0/+	+/++	0	0	0	0
		Certificados energéticos emitidos	0/+	0/+	0/+	0	0/+	+	0	0	0	0
		Redução do consumo energético na administração pública	0/+	0/+	+/++	0	0/+	+/++	0	0	0	0
		Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios	0/+	0/+	+/++	0	0/+	+/++	0	0	0	0
	Mobilidade Urbana Sustentável	Evolução do consumo de combustíveis alternativos em transportes públicos	0/+	0/+	0	0	0	+/++	0	0	0	+/++
		Implementação de modos suaves	0/+	0/+	0	0	0	+/++	0	0	0	+/++

Síntese dos Efeitos do Programa Operacional												
FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Objetivos Temáticos do POR Centro									
			3	1	10	8	9	4	6	2	11	7
Qualificação Territorial	Qualificação Urbana	Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação	0	0	++	0	++	0/+	+ / ++	0	0	0
		Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados) e reabilitadas	0	0	++	0	++	0/+	+ / ++	0	0	0
		Áreas industriais degradadas (ou abandonadas) e intervencionadas	0	0	0	0	+ / ++	0/+	+ / ++	0	0	0
		Espaços abertos degradados (ou abandonados) e reabilitados	0	0	0/+	0	+ / ++	0/+	+ / ++	0	0	0
	Requalificação ambiental	Resíduos industriais encaminhados para destino recomendável	0	0	0	0	0/+	0	+ / ++	0	0	0
		Investimento em infraestruturas de gestão de resíduos industriais	0	0	0	0	0/+	0	+ / ++	0	0	0
		Espaços verdes urbanos existentes e previstos	0	0	0/+	0	0/+	0	+ / ++	0	0	0
Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património	Solo	Ocupação dos solos, por classes de uso	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
		Áreas de RAN e REN	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
		Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004	+	+	+	0	0	+	++	0	0	0
		Superfície total de solos reabilitados	0	0	0	0	0	++	++	0	0	0
		Estrutura ecológica	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Espaços verdes criados ou requalificados										
	Recursos geológicos	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004	+	+	0	+	0	+	+ / -	0	0	0
		Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004	+	+	0	+	0	+	+ / -	0	0	0
		Utentes das estâncias termais, desde 2004	+	+	0	0	0	0	++	0	0	0
		Estâncias termais degradadas ou inativas relativamente ao total, desde 2004	+	+	0	0	0	0	++	0	0	0
	Recursos Hídricos	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água)	+ / -	+	+	0	0	0	++	0	0	0
		Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004	+	+	0	0	0	+	++	0	0	+
		Qualidade das águas balneares	+ / -	+	0	0	0	0	++	0	0	0
	Biodiversidade e ecossistemas	Áreas florestais, por tipologia de utilização (produção, proteção, recreação, etc), desde 2004	+ / -	+	0	0	0	0	++	0	0	0
		Área ardida por área protegida ou classificada, desde 2004	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats entre 2007 e 2013	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004	0	+	0	0	0	0	++	0	0	0
		Património classificado	0	0	0	0	0	0	++	0	0	0
	Património	Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural	+	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres	0	0	0	0	0	0	+ / -	0	0	0
		Visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004	0	0	0	0	0	0	+ / -	0	0	0
		Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados, relativamente ao total, desde 2004	+	0	0	0	0	0	++	0	0	0

Síntese dos Efeitos do Programa Operacional

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Objetivos Temáticos do POR Centro									
			3	1	10	8	9	4	6	2	11	7
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social	População	Taxa de variação da população residente	0	++	++	0	++	0	0	0	0	0
		Taxa de Fertilidade Total	0	++	0	0	++	0	0	0	0	0
	Capacitação e qualificação do capital humano	População residente por nível de escolaridade	++	++	++	++	++	0	0	0	0	0
		Ações de formação dirigidas a ativos empregados e a desempregados	0	0	++	++	++	0	++	0	0	0
		Taxa de abandono escolar precoce	0	0	++	++	++	0	0	0	0	0
		População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Centro, inclusive mestrados e doutoramentos	0	++	++	++	++	0	++	0	0	0
	Inovação e inclusão social	Ações com o objetivo de promover o envelhecimento ativo e saudável	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Iniciativas de apoio à inclusão ativa e social desenvolvidas	0	0	0	++	++	0	0	0	0	0
		Taxa de risco pobreza	++	0	++	++	++	0	0	0	0	0
		Beneficiários de RSI	0	0	++	++	++	0	0	0	0	0
	Emprego	Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino	++	0	++	++	++	0	++	0	0	0
Qualidade Ambiental	Qualidade do Ar	Projetos apoiados no âmbito da monitorização da Qualidade do Ar	+	0	0	0	0	+	+	0	0	-
		Projetos no âmbito da elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e implementação dos respetivos programas de execução	+	0	0	0	0	+	+	0	0	-
	Ruído	Projetos apoiados no âmbito da monitorização dos níveis de ruído	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Dissonâncias Ambientais	Projetos com internalização de medidas de minimização ou eliminação de dissonâncias ambientais	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
		Projetos de requalificação ambiental de situações de dissonâncias ambientais identificadas (como sejam o depósito ilegal de resíduos e a contaminação dos recursos hídricos)	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	0	0	+	0	+	0	+	0	0	0
	Riscos Tecnológicos:	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	0	0	+	0	+	0	+	0	0	0
		Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
	Riscos Mistos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	0	0	+	0	+	0	+	0	0	0
	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0
		Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	0	0	0	0	0	0	+	0	0	0

Legenda: Objetivos Temáticos: OT 3: Reforçar a competitividade das PME; OT 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT 10: Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT 8: Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT 9: Promover a inclusão social e combater a pobreza; OT 4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT 6: Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT 2 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; OT 11: Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente; OT 7: Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas.

++

Criação de novas e significativas oportunidades de desenvolvimento na área de intervenção; benefícios elevados em termos de proteção dos recursos e valores locais; contribuição muito positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.

+

Vantagens, oportunidades e benefícios de importância relevante; contribuição positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

- | | |
|----|--|
| 0 | Sem efeitos positivos ou negativos; não contribui, mas também não conflitua com os objetivos e/ou metas estratégicas. |
| - | Existência de ameaças ou lacunas que exigem a aplicação de medidas mitigadoras; conflitua com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas. |
| -- | Existência de ameaças ou lacunas que provocam efeitos negativos graves e/ou irreversíveis sobre os fatores críticos para a decisão, e que exigem a aplicação de medidas mitigadoras ou alterações; conflitua significativamente com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas. |

Quadro 5.2 – Síntese dos principais efeitos positivos e negativos por FCD

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Competitividade e I&D&I	Efeitos Positivos ▪ A implementação do POR Centro constitui uma oportunidade para reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico, orientada para os setores diferenciadores da Região Centro, com especial foco para a agricultura, mar, pesca, floresta, turismo, saúde e bem-estar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), biotecnologia, materiais e valorização dos recursos endógenos naturais, tendo como objetivo estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a cooperação e a internacionalização. ▪ Prevê-se que o POR Centro contribua para o aumento da competitividade e da produção sustentável, através da adoção das melhores técnicas disponíveis e métodos de produção que promovam a ecoeficiência e o uso de energias renováveis, reforçando o investimento empresarial em I&D&I, a participação das empresas em redes de parcerias e cooperação com o Sistema Científico e Tecnológico Regional e outras entidades nacionais e internacionais, perspetivando o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de cadeias de valor, com base em novos e / ou melhoria de processos e produtos transacionáveis e internacionalizáveis, com especial foco no que reporta à ecoinovação no sentido de criar atividades económicas mais ecológicas e que contribuam para as soluções dos desafios ambientais e que promovam o aumento das exportações e a visibilidade nacional e internacional da Região Centro. ▪ O POR Centro permitirá ainda, melhorar a intermodalidade e interoperabilidade associada à logística sustentável, promovendo os meios de transporte de mercadorias mais sustentáveis e eficientes, com menor custo para as empresas, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas, da capacidade de internacionalização. Efeitos Negativos Não identificados.
	Efeitos Positivos ▪ Recursos humanos qualificados capazes de desenvolver soluções tecnológicas ou produtos que permitam uma redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos ou a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior; ▪ Reforço da atratividade e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade, principalmente ao nível de setores como a energia e ambiente; ▪ Requalificação dos espaços públicos, através da implementação de sistemas eficientes de iluminação, beneficiação dos equipamentos e mobiliário urbano, melhorias na mobilidade urbana sustentável, na prestação de serviços de proximidade, bem como benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), ou paisagísticos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar e qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas; ▪ Redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos por parte das indústrias e empresas de comércio e serviços, através da possibilidade de aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração industrial ou para aquecimento do edifício, ou implementação de Planos de Racionalização Energética, Sistemas de Eficiência Energética e realização das respetivas auditorias. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirão também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.e. emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas; ▪ Redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no edifício público e privado, através da implementação prevista de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior; ▪ Mediante o incentivo ao uso dos transportes públicos e dos modos suaves (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), bem como a criação de

FCD

Efeitos Positivos e Efeitos Negativos

corredores próprios uni ou multimodais, intervenções ao nível da mobilidade ecológica, implementação de Planos Intermunicipais de Mobilidade Sustentável, soluções tarifárias e de gestão que incentivem o uso de transporte público, e reordenamento das atividades de logística e transporte, perspetivam-se efeitos claramente positivos, prevendo-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais;

- Mediante a requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano, perspetivam-se efeitos claramente positivos mediante a prática de atividades eco-eficientes e a adoção de medidas e boas práticas consentâneas com a preservação da sustentabilidade dos recursos naturais e energéticos, redução no consumo de combustíveis fósseis, contribuindo assim de forma indireta para a redução do consumo de energia e independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais.

Efeitos Negativos

- Risco potencial de aumento absoluto de consumo de combustíveis fósseis num cenário de crescimento económico e manutenção da situação atual de preferência pelo consumo de combustíveis fósseis, devido ao subsequente incentivo ao crescimento da frota de transportes a circular na Região e da intensidade de tráfego.

Efeitos Positivos

- Estímulo à criação de empresas com caráter inovador, induzindo assim a capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território;
- Mediante a requalificação e beneficiação das instalações escolares, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da qualidade e integridade não apenas dos edifícios mas de toda a sua envolvente, promovendo o bem-estar, conforto e o pleno desenvolvimento das atividades escolares, competências ou habilitações de quem usufrui destas instalações. Uma hipotética melhoria do enquadramento paisagístico destas instalações é também um aspeto positivo a assinalar;
- Reforço da atratividade e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade, principalmente ao nível de setores como a energia e ambiente. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território;
- Mediante a prevista redistribuição geográfica das instalações sociais e de saúde, perspetiva-se um melhor aproveitamento e utilização destes espaços, possíveis melhorias infraestruturais e na qualidade de serviço, principalmente, na prestação de cuidados de saúde e de apoio social à terceira idade e infância;
- Mediante a prevista regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas, perspetivam-se efeitos positivos ao nível da qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas;
- Cooperação intermunicipal para a implementação conjunta e coordenada de equipamentos e mobiliário urbano destinados à promoção da mobilidade urbana sustentável (modos suaves), constituindo-se um incentivo à prática de desporto e atividades lúdicas, à regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos onde estes equipamentos e mobiliário serão integrados, reforço da integração e intermodalidade com outros meios de transporte público e dotação de uma maior proximidade deste tipo de serviço à população, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida;
- Requalificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro dos valores e bens patrimoniais, e a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região;
- Requalificação dos espaços e valores naturais inseridos no território irão proporcionar vantagens para a preservação e valorização destes territórios, potenciando a diversificação da oferta turística na Região. Estão previstas ações de requalificação ambiental e paisagística, de conservação de habitats e espécies, e de beneficiação infraestrutural (p.e. criação de trilhos pedestres e centros de interpretação), entre outras, com benefícios claros para a qualificação do território;
- Através da requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de

**Qualificação
Territorial**

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano, perspectivam-se benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais; ▪ Através do reforço das capacidades de cooperação institucional das entidades públicas, capacitação das entidades com preponderância na dinamização económica, consolidação das instituições de ensino e do intermunicipalismo, preveem-se efeitos positivos para a capacidade de cooperação inter-regional e de trabalho em rede, e perspectivas do reforço da capacidade produtiva e qualificação generalizada do território; ▪ Mediante a eliminação de constrangimentos nas ligações à rede rodoviária principal, melhoria das condições de intermobilidade e acessibilidade logística, bem como a construção ou requalificação de infraestruturas ou plataformas logísticas de transporte, perspectivam-se efeitos positivos para a qualificação e capacitação do território principalmente ao nível do descongestionamento e fruição de tráfego e aquisição de fatores para uma economia competitiva, mobilidade, intermodalidade, conectividade, redução de assimetrias regionais, e qualidade ambiental (ar, ruído, e paisagem).
	Efeitos Negativos ▪ Risco potencial de desenquadramento paisagístico com a envolvimento à instalação alvo de requalificação, beneficiação ou nova construção, no caso de desrespeito ou desvio acentuado da traça original ou mais comum (traça tradicional) na Região onde se localiza a instalação, se existente. Contudo, são riscos ou efeitos potencialmente negativos a confirmar em fase de projeto.
Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património	Efeitos Positivos ▪ Incentivo ao desenvolvimento de núcleos especializados de I&D&I em áreas emergentes relacionadas com os recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc); ▪ Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular; ▪ Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentada e a valorização do património natural e cultural presente; ▪ Melhoria do conhecimento nas áreas do ambiente e ecologia, permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através do controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos, mas também pela valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas; ▪ Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente; ▪ Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar); ▪ Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais; ▪ Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados; ▪ Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor; ▪ Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um continuum naturale em todo o território; ▪ Promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes. Efeitos Negativos ▪ Construção e localização de edifício e infraestruturas que poderão surtir efeitos negativos na biodiversidade em resultado de perturbações, destruição e fragmentação de habitats e das populações de fauna e flora;
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social	Efeitos Positivos ▪ Os eixos relacionados com a competitividade e inovação (Eixo 1 e Eixo 2) incentivam a qualificação da população, ao mesmo tempo que promovem o emprego; ▪ No entanto, os efeitos mais significativos sobre o desenvolvimento social far-se-ão sentir na implementação das ações dos Eixos 3, 4 e 5 através do investimento no ensino, nas competências e aprendizagem ao longo da vida, do emprego e da inclusão social. Estes efeitos representam oportunidades para apostar fortemente na educação e formação ambiental, enquanto fator crucial para a mudança de comportamentos e atitudes que conduzam a sociedade a viver de forma mais sustentável. Promovem igualmente a fixação da população nas áreas menos desenvolvidas e a minimização dos efeitos associados ao despovoamento. Por outro lado, o reforço das respostas sociais à pobreza, exclusão social e ao envelhecimento da população terá efeitos positivos na melhoria da qualidade da população e na redução do número de pessoas vulneráveis a eventos naturais extremos. Assim, perspectiva-se que através destas apostas sociais seja promovido um desenvolvimento assente

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	nas necessidades populacionais mas que respeite os princípios de sustentabilidade ambiental. Efeitos Negativos Não identificados.
Qualidade Ambiental	Efeitos Positivos Os objetivos definidos potenciam um contributo positivo para a qualidade do ar e ao nível das dissonâncias ambientais.
	Efeitos Negativos Os objetivos definidos podem constituir-se uma ameaça ao nível do aumento do ruído e poluição do ar, associados às ações apoiadas no âmbito do POR Centro de mobilidade regional.
Riscos, Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Efeitos Positivos - Ao nível dos riscos e alterações climáticas, os objetivos definidos constituem-se oportunidades ao nível da regeneração física das zonas desfavorecidas urbanas, - Incremento da resiliência e a capacidade de adaptação às AC; - Mitigação dos riscos naturais (nomeadamente risco de incêndio e risco de erosão) e ao nível da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais (incluindo áreas extrativas), com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos.
	Efeitos Negativos Os objetivos definidos podem constituir-se uma ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às ações apoiadas no âmbito do POR Centro de mobilidade regional

6. QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?

No exercício de avaliação foram propostas diversas recomendações de modo a potenciar alguns efeitos positivos e a minimizar ou eliminar efeitos negativos identificados, em sintonia com os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos para a AAE, das quais se destacam:

Quadro 6.1 – Síntese das recomendações da AAE

FCD	Recomendações
Competitividade e I&D&I	- Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que considerem parcerias entre o sistema de I&D e o tecido empresarial para o desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos ecoinovadores e ecoeficiente; - Projetos e/ou ações que incidam sobre a valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática; - Projetos e/ou ações que contemplem a utilização de energias renováveis, o uso eficiente dos recursos e adoção das melhores técnicas disponíveis.
Energia	- Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais; -- Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização; - Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD). - Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública. - Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social). - Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria. - Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: - A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento; - A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; - A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana. - Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade

FCD	Recomendações
	económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira. ▪ Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: - Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa; - A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública. Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor. ▪ Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. ▪ Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.
Qualificação Territorial	▪ Adoção de medidas ou critérios de seleção de projetos que incentivem a reabilitação urbana e do edificado e espaços públicos, respeitando a paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (se aplicável), execução de ações de formação avançada em técnicas de construção sustentável e reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos (p.e. RCD), visando a sua aplicação nas obras de edificação da Região. Complementarmente, recomenda-se que a “Beneficiação ambiental e paisagística” ou “Apresentação de condições de sustentabilidade ambiental” sejam definidos como critérios de seleção de projetos para o objetivo específico “OE5 – A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”, designadamente, condições ou critérios de seleção que beneficiem candidaturas com medidas de eficiência energética, racionalização no consumo de água, e enquadramento paisagístico e/ou arquitetónico desses edifícios ou espaços públicos. ▪ Reformulação das ações previstas no sentido de tornarem elegíveis projetos de investimento em ações imateriais, equipamentos ou infraestruturas que potenciem a recolha seletiva, tratamento mecânico e valorização de algumas tipologias de resíduos, tais como, resíduos biodegradáveis (inerente potencial de aproveitamento integrado ou codigestão com resíduos agroflorestais ou de biomassa), óleos alimentares usados, aproveitamento dos VFV para constituir stock de peças de substituição, reaproveitamento in loco dos resíduos de construção e demolição, e de subprodutos capazes de serem valorizados como combustível derivado dos resíduos (CDR), entre outros. ▪ Promoção do princípio do Pay-As-You-Throw (PAYT), e consequentes alterações tarifárias, em todas as fileiras de resíduos de forma a promover a redução e a separação na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva. ▪ Definição de critérios de seleção de operações que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais, preservação da biodiversidade, da qualidade ambiental dos espaços a intervir, da redução dos passivos ambientais e focos de poluição, da requalificação do edificado e enquadramento com a paisagem envolvente; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização, e da preferência por métodos de construção sustentável, aproveitamento in loco de materiais, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).
Proteção e Valorização dos Recursos	▪ Definição/delimitação da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar, tendo em conta a vocação endógena do território, relativamente aos diversos setores

FCD	Recomendações
Naturais e Património	de atividade (ex: floresta, mar, áreas protegidas/Rede Natura 2000, património, etc.) - Promoção da afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou renaturalização. - Estímulo do interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional. - Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica. - Adoção e definição de critérios de seleção de operações, a integrar na PI 6.4, que promovam a aposta em infraestruturas verdes. - Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão. - As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social	- Inclusão de critérios que privilegiem a formação ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 3 – Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER); - Inclusão de critérios que promovam o aumento do conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 4 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), Objetivo Específico - Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas; - Promoção, pelo POR, da inclusão de quadros médios no mercado laboral, sob pena de se manter apenas a tendência atual de coexistência de quadros altamente qualificados e quadros baixos (sem descurar a importância da reintegração de doutorados nas empresas).
Qualidade Ambiental	- Inclusão de orientações de prevenção e/ou minimização de situações de poluição do ar e/ou ruído nos projetos apoiados no âmbito do POR Centro (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações). - Inclusão de orientações para a promoção de um planeamento rigoroso, eficaz e eficiente, de todas as intervenções no âmbito de cada projeto de modo a minimizar ou eliminar os efeitos decorrentes da sua implementação, passíveis de se constituírem dissonâncias ambientais. Para tal recomenda-se a inclusão, nos critérios de seleção de projetos apoiados, de uma análise detalhada de cada etapa de implementação do mesmo e, sempre que considerar no devido enquadramento legal a prevenção e gestão e resíduos, o devido tratamento das águas residuais, a promoção da qualidade do ar, deve ser um projeto com mérito ao nível da qualidade e diferenciação face a outro projeto que não verifique as mesmas condições. Estas orientações contribuirão - Para a minimização / eliminação dos problemas ambientais associados a resíduos industriais não tratados e focos de deposição de recursos hídricos. - Inclusão de orientações no sentido de promover a educação e sensibilização dos visitantes nos projetos apoiados no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da biodiversidade. Os projetos de promoção, proteção e valorização da biodiversidade, sempre que possível e pertinente, devem incluir ações de educação e sensibilização (e.g. atividades de promoção das ações implementadas, ao nível das escolas, dos meios de comunicação), destacando a(s) sua(s) potencialidade(s) e necessidade de salvaguarda) de modo a potenciar a consciencialização da população para as mais-valias nomeadamente ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas.
Riscos, Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	- Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo PO Centro, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas. A temática dos riscos é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo PO Centro contribuam para a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos, pelo que a descrição do projeto que considere o contributo do mesmo para a prevenção e/ou minimização dos riscos deverá ser considerado um projeto com mérito ao nível da diferenciação (e.g. projetos que incluam análise de vulnerabilidades aos potenciais riscos da área de intervenção e atividades associadas). - Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Centro contribuam para a resiliência e adaptação da Região Centro às

FCD	Recomendações
	alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas). ▪ Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e risco tecnológico (e.g. “a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico” e “as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto”). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Centro e acautelar potenciais incidentes que possam resultar dos fenómenos naturais associados às alterações climáticas. ▪ Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas, equipamentos existentes em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira). ▪ Definição de mecanismos específicos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Centro com o PO SEUR. ▪ Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Centro, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Centro se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.

7. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO DO POR CENTRO?

Com a entrada em vigor do POR Centro, inicia-se a Fase 3 do processo de AAE, de Seguimento. Esta etapa requer que a entidade gestora do POR adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, nomeadamente a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação / execução da revisão do plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental.

Assim, são utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no Relatório Ambiental (RA), e que se devem articular em dois níveis de atuação:

- O da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise – Monitorização Regional (Quadro 7.1);
- O da monitorização da implementação das conclusões emanadas do RA (do ponto de vista dos efeitos negativos e positivos identificados, bem como das recomendações) – Monitorização Estratégica.

A entidade gestora do POR deverá proceder à divulgação, periódica mínima anual, dos resultados do controlo, de acordo com a legislação em vigor, com entrega de relatórios de monitorização à Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e que deverão igualmente ser disponibilizados ao público em geral.

Quadro 7.1 – Indicadores de monitorização ou seguimento para a AAE do POR Centro

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
Competitividade e I&D&I				
Intensidade turística	(Dormidas estabelecimentos hoteleiros/ (n.º hab*365 dias) *100)	Anual	▪ Instituto Nacional de Estatística (INE)	N.D.
Participação das atividades económicas na formação do VAB Regional, com especial foco nos setores da agricultura, mar, pesca, floresta, turismo, saúde e bem-estar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), biotecnologia, materiais e recursos endógenos naturais (%)	Contabilização da percentagem de participação das atividades económicas no VAB Regional.	Anual	▪ INE; ▪ SI POR Centro	N.D.
Empresas criadas em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º; %)	Contabilização do número de empresas criadas que cumprem os critérios de elegibilidade associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores do turismo da natureza, pesca, mar, agricultura, silvicultura)	Anual	▪ SI POR Centro	N.D.
Postos de trabalho criados em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º)	Contabilização do número de postos de trabalho criados por empresas apoiadas, associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores do turismo da natureza, pesca, mar, agricultura, silvicultura)	Anual	▪ SI POR Centro	N.A.
Rótulos ecológicos certificados (n.º)	Contabilização do número de rótulos ecológicos certificados	Anual	▪ CCDR-Centro.	N.D.
Ligações viárias, do tipo “last mile” construídas ou intervencionadas (km)	Contabilização da extensão em quilómetros, das ligações viárias do tipo last mile, construídas ou intervencionadas.	Anual	▪ CCDR-Centro.	N.A.
Construção e requalificação de infraestruturas de logística (n.º e €)	Contabilização do número de infraestruturas de logística construídas ou requalificadas	Anual	▪ CCDR-Centro.	N.D.
Energia				
Redução do consumo de energia primária nas empresas (tep; %)**	Percentagem de redução do consumo anual de energia conseguido no total de empresas sujeitas a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Centro. <i>A meta associada a este indicador será de 6% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i>	Anual	▪ DGEG (PNAEE); ▪ INE.	▪ 572.099 tep (2012)

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
Redução do consumo de combustíveis fósseis nos transportes públicos (t/ano ; %)**	Percentagem de toneladas reduzidas de combustíveis fósseis nos transportes públicos. A consideração deste indicador surge no sentido de monitorizar o contributo dos transportes públicos no cumprimento da meta de incorporação em 10% de biocombustíveis no setor dos transportes, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro, e pelos referenciais estratégicos ENE 2020 e PNAER 2020	Anual	▪ DGEG.	N.D.
Redução do consumo de energia na administração local (%; MWh)**	Percentagem de redução do consumo anual de energia dos edifícios da administração pública (regional e local) alocados a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Centro. <i>A meta associada a este indicador será de 30% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i>	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ DGEG; ▪ ADENE.	▪ 279700 kWh (2012)
Redução do consumo de energia na habitação (%)**	Percentagem de redução do consumo anual de energia final na habitação com medidas de eficiência energética atribuídas no âmbito do POR Centro. <i>A meta associada a este indicador será de 14% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i>	Anual	▪ DGEG; ▪ INE.	N.D.
Aumento da eficiência energética na habitação social (% de habitações sujeitas a beneficiações e certificação energética face ao total de habitações existentes) **	Percentagem do número de habitações sociais com consumo de energia melhorado e com classificação energética face ao total de habitações sociais. <i>A meta associada a este indicador será de 15% até 2023, conforme definido no POR Centro.</i>	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ DGEG; ▪ ADENE.	▪ 5,39% (2014, média nacional)
Taxa de penetração de sistemas de contagem inteligentes (% de contadores inteligentes, no n.º total de contratos de fornecimento de energia) **	Percentagem do número de contadores inteligentes implementados face ao total de contratos de fornecimento de energia.	Anual	▪ DGEG; ▪ INE.	N.D.
Acréscimo de população servida por sistemas de gás natural (% habitantes servidos face ao total residente) **	Percentagem do número de habitantes servidos por rede de gás natural face ao total de habitantes.	Bienal	▪ DGEG.	N.D.
Investimento financiado pelo POR em projetos de beneficiação energética de habitações (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de eficiência energética no parque habitacional e percentagem face ao total programado.	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ CCDR Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR em projetos de beneficiação energética de edifícios da administração pública e iluminação pública (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de eficiência energética em edifícios da administração pública regional ou local e projetos de beneficiação da rede de iluminação pública e percentagem face ao total programado.	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ CCDR-Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR em projetos de beneficiação energética dos transportes públicos (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de eficiência energética nos transportes públicos e percentagem face ao total programado.	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ CCDR-Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR em projetos de implementação de modos suaves (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de implementação de modos suaves de transporte (ou equipamento de apoio) e percentagem face ao total programado.	Anual	▪ SI POR Centro; ▪ CCDR Centro.	N.A.
Diminuição na emissão de gases de efeito de estufa (t-CO ₂ e ; %)	Diminuição das emissões anuais de gases de efeito de estufa na Região relativamente ao montante estimado para 1990. <i>A meta associada a este indicador será de 20% até 2023, conforme definido no POR Centro ou até 2020 conforme definido pelo Pacote Clima-Energia, relativamente às emissões estimadas em 1990.</i>	Anual	▪ SI POR Centro ▪ APA ▪ INE	▪ 4.368.578 t-CO ₂ (2012)
Consumo de combustíveis no transporte rodoviário	GPL, Gasolinas, Petróleos, Gasóleo, Biodiesel incorporado no Gasóleo, Lubrificantes, Gás Natural, Biodiesel.	Anual	▪ DGEG; ▪ INE.	▪ 804099 t (2012) ▪ 97% do consumo total nos transportes

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
Qualificação Territorial				
Edifícios reabilitados (n.º ou % de edifícios reabilitados face aos edifícios degradados contabilizados)	Percentagem do número de edifícios reabilitados face ao número de edifícios degradados.	Anual	- SI POR Centro; - INE; - Câmaras Municipais.	N.D.
Edifícios requalificados ou beneficiados, apoiados, que não contemplem ações/projetos que salvaguardem o enquadramento paisagístico ou arquitetónico (n.º; % relativa do n.º total de edifícios requalificados e apoiados)	Número ou percentagem de edifícios requalificados ou beneficiados e apoiados que não contemplem ações/projetos de salvaguarda do enquadramento paisagístico ou arquitetónico.		- SI POR Centro - Câmaras Municipais	N.D.
Áreas de reabilitação urbana criadas ou intervencionadas (n.º ou % de área urbana reabilitada face à área urbana total degradada contabilizada)	Número ou percentagem de áreas urbanas degradadas sujeita a reabilitação. <i>A meta associada a este indicador é de atingir 30 áreas criadas ou reabilitadas no âmbito do Eixo 5 e 165 áreas no âmbito do Eixo 7 até 2023, conforme definido no PO Centro.</i>	Bienal	- SI POR Centro; - INE; - Câmaras Municipais.	N.D.
Áreas críticas de reconversão urbanística (n.º ou % de área reconvertida face à área total degradada contabilizada)	Percentagem de áreas críticas sujeitas a reconversão urbanística.	Bienal	Câmaras Municipais.	N.D.
Áreas industriais degradadas sujeitas a recuperação (n.º ou % área intervencionada face à área total degradada contabilizada) **	Percentagem de área industrial degradada sujeita a recuperação ou reconversão.	Bienal	- APA; - Câmaras Municipais.	N.D.
Espaços verdes urbanos construídos ou requalificados (m²)**	Área de espaços verdes urbanos criados ou reabilitados.	Bienal	Câmaras Municipais.	N.D.
Resíduos setoriais valorizados (% de resíduos setoriais valorizados face ao total recolhido)	Percentagem de resíduos setoriais ⁷ recolhidos encaminhados para reutilização ou reciclagem. Ao nível dos resíduos industriais, o Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI) define os princípios estratégicos a que deve obedecer a gestão deste tipo de resíduos no território nacional. No contexto do PESGRI foi elaborado o Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI), a implementar no período de 2000 a 2015..	Anual	- APA; - INE; - Entidades gestoras.	- Resíduos não perigosos – 83% (2011); - Resíduos perigosos – 71% (2011);
Investimento financiado pelo POR reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas e percentagem face ao total programado.	Anual	- SI POR Centro; - CCDR-Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR em recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem e percentagem face ao total programado.	Anual	- SI POR Centro; - CCDR-Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR na qualificação de espaços abertos (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de qualificação de espaços abertos e percentagem face ao total programado.	Anual	- SI POR Centro; - CCDR-Centro.	N.A.
Investimento financiado pelo POR em infraestruturas de gestão de resíduos setoriais (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo POR em projetos de capacitação infraestrutural para a gestão de resíduos setoriais face ao total programado.	Anual	- SI POR Centro; - CCDR-Centro.	N.A.
Proteção e Valorização dos Recursos Naturais e Património				
Extensão das áreas suscetíveis à desertificação (ha/ano; %)	Contabilização da extensão das áreas suscetíveis à desertificação. Indicador a calcular e a fornecer pela entidade com responsabilidade na matéria.	Bienal	- SI POR Centro; - APA.	Não afetadas ou com baixa sensibilidade à desertificação – 140883ha; 5,0%;

⁷ Inclui resíduos industriais ou agrícolas (perigosos ou não perigosos).

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
				Baixa sensibilidade à desertificação – 1090740ha; 39,0% Média sensibilidade à desertificação – 1400734ha; 50,1% Áreas sensíveis à desertificação – 162126ha; 5,8%
Área intervencionada face à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica (ha; %)	Contabilização da área intervencionada em relação à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica regional. Cálculos desenvolvidos através da diferença dos valores obtidos.	Bienal	- SI POR Centro; - ICNF; - APA; - Câmaras Municipais.	N.A.
Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, (n.º/ano; área intervencionada)	Contabilização da extensão das intervenções de requalificação e/ou valorização ambiental realizadas na zona costeira.	Anual	APA/ARH – Centro.	22% da linha de costa, em situação crítica destinada a contrariar a erosão, foi intervencionada,
Projetos com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas presentes (n.º, ha, €)	Contabilização do número, área correspondente e/ou custo dos projetos aprovados com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas. Indicador a calcular pela entidade.	Anual	ICNF.	N.A.
Densidade de espécies presentes com estatuto de proteção e melhoria do seu estado de conservação (nº/ha)	Número de indivíduos de cada espécie presente, por unidade de conservação, com estatuto de proteção ou melhoria do seu estado de conservação. Indicador a calcular pela entidade.	Bienal	ICNF.	N.A.
Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação, no âmbito da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000 e outras áreas classificadas	Contabilização da área/superfície ocupada pelos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, decorrentes da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000. Indicador a calcular e a fornecer pela entidade com responsabilidade na matéria. <i>A meta ou valor-alvo associada a este indicador refere-se a uma área de 45,6 mil ha, a atingir em 2023, conforme definido no Eixo 6 do POR Centro.</i>	Bienal	ICNF.	N.D.
Habitats/ecossistemas fragmentados (localização; ha; % afetada do ecossistemas)	Identificação e contabilização da área dos habitats/ecossistemas fragmentados. Indicador a calcular pela entidade	Anual	ICNF.	N.A.
Área construída em espaços naturais (ha; % afetada dos espaços naturais)	Contabilização da área construída em espaços naturais, protegidos ou classificados no âmbito da legislação regional, nacional ou internacional	Anual	SI POR Centro	N.A.
Evolução do número de visitantes a equipamentos culturais e naturais (n.º/ano) **	Contabilização do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados. <i>A meta ou valor-alvo associada a este indicador será a de atingir os 1.240 mil visitantes em 2023, conforme definido no Eixo 6 do POR Centro</i>	Anual	- SI POR Centro; - DGPC.	1.181.000 visitantes
Ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património cultural existente (n.º);	Contabilização do número de ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património cultural presente/existente.	Anual	- SI POR Centro; - DGPC.	N.A.
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social				
População apoiada em sede de incentivo à natalidade (n.º)	Contabilização da população apoiada com vista ao incentivo à natalidade através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de pessoas abrangidas por projetos cujos objetivos sejam o incentivo à natalidade.	Anual	SI POR Centro.	N.A.
Projetos apoiados com objetivo de fixação de população (n.º)	Contabilização do número de projetos apoiados cujos objetivos sejam a fixação da população e respetiva área abrangente.	Anual	SI POR Centro.	N.A.
Alunos participantes em ações de formação na área do ambiente	Contabilização do número de alunos e horas de formação na área do ambiente, cujo público-alvo seja a população em idade ativa (15-64 anos)	Bienal	SI POR Centro.	N.A.

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
dirigidas a ativos empregados e a desempregados (n.º de formando e n.º de horas)	empregada ou desempregada através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Centro, relacionadas com o ambiente (Eixo 3 e Eixo 8, PI 11.1); Total do número de horas frequentadas por formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Centro, relacionadas com o ambiente. <i>Apesar de não existir uma meta específica para a formação ambiental, este indicador deverá contribuir para as metas estabelecidas no referencial "Portugal 2020": redução para 10% da taxa de saúde precoce do sistema de ensino (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014). Adicionalmente o POR estabelece as seguintes metas para 2023:</i> <i>10% de taxa de abandono escolar precoce;</i> <i>13500 alunos apoiados e diplomados no 9.º ano, ISCED 2 e nível de qualificação 2;</i> <i>12000 alunos abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo;</i> <i>7200 Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo com nível de saída 9º ano de escolaridade, por ano;</i> <i>900 Jovens abrangidos nos cursos CET, por ano.</i>			
População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Centro na área da Proteção Ambiental (n.º e % sobre o total de diplomados) (n.º e % do total de diplomados na área de estudo)	Número de alunos que concluem uma licenciatura, mestrado, doutoramento ou pós doutoramento nas instituições de ensino superior localizadas na Região do Centro, na área da proteção do ambiente. <i>Apesar de não existir uma meta específica para diplomados na área da Proteção Ambiental, este indicador deverá contribuir para as metas estabelecidas no referencial "Portugal 2020": aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014). Adicionalmente o POE estabelece as seguintes metas para 2023:</i> <i>340 Doutoramentos concluídos;</i> <i>500 Alunos abrangidos nos cursos técnicos superiores profissionais, por ano;</i> <i>750 Alunos certificados nos cursos superiores profissionais;</i> <i>200 Bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento apoiados, por ano</i> <i>200 Bolsas para estudantes deslocados do ensino superior, por ano;</i> <i>5700 Alunos abrangidos diplomados nos CET, ISCED 4 e nível de qualificação 5.</i>	Anual	■ SI POR Centro; INE	Total - 396 (1,9% do total de diplomados) Homens – 128 (1,5% do total de diplomados homens) Mulheres – 268 (2,0% do total de diplomados mulheres)
População abrangida por iniciativas de apoio à inclusão ativa e social desenvolvidas (n.º)	Contabilização do número de pessoas abrangidas por iniciativas de apoio à inclusão social através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 4; Posto de trabalho criados no âmbito do Eixo 5, PI 9.1 e OI 9.6; População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 5, PI 9.1, cujos objetivos incidam sobre o envelhecimento ativo. <i>De acordo com o documento "Portugal 2020" as metas associadas a este indicador são:</i> <i>Eixo 4</i> <i>- Aumento da taxa de emprego para 75% na faixa etária dos 20-64 anos;</i> <i>- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).</i> <i>Adicionalmente o POR estabelece as seguintes metas para 2023:</i> <i>60% Proporção de Doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio;</i> <i>230 Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional;</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.D.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
	300 Doutorados e pós-doutorados contratados por empresas apoiadas; 2300 Participantes que beneficiam dos estágios profissionais; 2280 Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem meses após o fim do apoio; 3800 Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego; 850 Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho de cariz social; Eixo 5 15 Estratégias DLBC apoiadas que visam criar valor a partir de recursos endógenos de base territorial; 100 Postos de trabalho criados.			
Qualidade Ambiental				
Projetos apoiados no âmbito da monitorização da Qualidade do Ar (n.º e localização/área abrangida)	Número e localização ou área abrangida de projetos apoiados no âmbito da monitorização da Qualidade do Ar, no âmbito da melhoria do ambiente urbano <i>Não existem metas específicas associadas a este indicador, todavia deverá analisar-se se a sua evolução ao longo da execução do POR segue no sentido de contribuir para a redução de GEE em 30% face aos níveis de 1990 até 2020, conforme definido no PNAEE.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Projetos no âmbito da elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e implementação dos respetivos programas de execução (n.º e localização/área abrangida)	Número e localização ou área abrangida de projetos no âmbito da elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e implementação dos respetivos programas de execução. <i>Não existem metas específicas associadas a este indicador, todavia deverá analisar-se se a sua evolução ao longo da execução do POR segue no sentido de contribuir para a redução de GEE em 30% face aos níveis de 1990 até 2020, conforme definido no PNAEE.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Projetos apoiados no âmbito da monitorização dos níveis de ruído (n.º e localização/área abrangida)	Número e localização ou área abrangida de projetos apoiados no âmbito da monitorização dos níveis de ruído no âmbito da melhoria do ambiente urbano. <i>A meta associada a este indicador será de atingir total ausência de situações de ruído.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Projetos com internalização de medidas de minimização ou eliminação de dissonâncias ambientais (n.º e localização/área abrangida)	Número e localização ou área abrangida de projetos com internalização de medidas de minimização ou eliminação de dissonâncias ambientais. <i>A meta associada a este indicador será de atingir total ausência de dissonâncias ambientais.</i>	Anual	■ SI POR Centro	N.A.
Projetos de requalificação ambiental de situações de dissonâncias ambientais identificadas (como sejam o depósito ilegal de resíduos e a contaminação dos recursos hídricos) (n.º e localização/área abrangida)	Número e localização ou área abrangida de projetos de requalificação ambiental de situações de dissonâncias ambientais (como sejam o depósito ilegal de resíduos e a contaminação dos recursos hídricos) <i>A meta associada a este indicador será de atingir total ausência de dissonâncias ambientais.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Riscos, Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas				
Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º e localização/área abrangida por tipologia de risco; %relativa de investimento, face ao investimento total)	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos naturais na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. <i>A aferição deste indicador permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º e localização/área abrangida por tipologia de risco)	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos tecnológicos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. <i>A aferição deste indicador permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.</i>	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor da situação de referência
Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou +área abrangida com incidência em proposta de medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos. A aferição deste indicador permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.
Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se os objetivos do POR Centro contribui para a adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistema	Anual	■ SI POR Centro.	N.A.

Legenda: *Indicadores provenientes do Barómetro Regional; **Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do POR Centro, associados às Prioridades de Investimento definidas; *** Indicadores provenientes da Avaliação Ex-Ante; **** Indicadores provenientes do PO SEUR.

8. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Uma análise integrada dos efeitos positivos, negativos e recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Centro demonstra um balanço tendencialmente positivo sobre os diversos fatores críticos para a decisão (FCD) alvos de avaliação, contudo é necessário salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR que se considera que consolidarão o Programa e reforçaram as questões associadas à salvaguarda da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos) para o desenvolvimento da Região e do País.

Neste contexto, e numa análise estruturada por fator crítico para a decisão, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e I&D&I

A implementação do POR Centro constitui uma oportunidade para o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, orientada para os setores diferenciadores da Região Centro, com especial foco para a agricultura, mar, pesca, floresta, turismo, saúde e bem-estar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), biotecnologia, materiais e valorização dos recursos endógenos naturais, tendo como objetivo estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a cooperação e a internacionalização.

Prevê-se que o POR Centro contribua para o aumento da competitividade e da produção sustentável, através da adoção das melhores técnicas disponíveis e métodos de produção que promovam a ecoeficiência e o uso de energias renováveis, reforçando o investimento empresarial em I&D&I, a participação das empresas em redes de parcerias e cooperação com o Sistema Científico e Tecnológico Regional e outras entidades nacionais e internacionais. Este cenário perspetiva o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de cadeias de valor, com base em novos (e / ou melhoria de) processos e produtos transacionáveis e internacionalizáveis. Neste contexto, realça-se o especial foco no que reporta à ecoinovação no sentido de criar atividades económicas mais ecológicas e que contribuam para as soluções dos desafios ambientais e que promovam o aumento das exportações e a visibilidade nacional e internacional da Região Centro.

O POR Centro permitirá ainda, melhorar a intermodalidade e interoperabilidade associada à logística sustentável, promovendo os meios de transporte de mercadorias mais sustentáveis e eficientes, com menor custo para as empresas, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas, da capacidade de internacionalização, da atração de investimento, bem como para a sustentabilidade das deslocações.

Considera-se ainda que o POR Centro constitui uma oportunidade para potenciar a valorização económica dos recursos naturais endógenos, sobretudo nos territórios de baixa densidade, através do estímulo ao empreendedorismo, dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, nomeadamente as sociais, promoção do emprego e adaptação das empresas ao novo quadro de competitividade da economia global.

Energia

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se no âmbito da AAE que os conteúdos disponibilizados pelo POR Centro apresentam apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado. É demonstrada capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que comprometem-se a potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos. De igual modo, são promovidas ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção. Demonstra-se, assim, concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitárias associadas a estas matérias.

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Constata-se também uma preocupação em promover a intermodalidade e a otimização dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização e a redução do congestionamento gerado pelo transporte individual.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas, constantes também das recomendações da AAE.

Qualificação Territorial

No que refere à qualificação territorial, verificou-se que os conteúdos disponibilizados pelo POR Centro dispõem de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano. É, assim, demonstrada alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação pela deposição não controlada de resíduos.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são visivelmente positivos, prevendo-se benefícios ambientais significativos com o adequado cumprimento do programa operacional e financeiro e respeito pelos critérios de seleção definidos para as candidaturas no âmbito das recomendações da AAE.

Proteção e valorização dos recursos naturais e património

De uma forma em geral considera-se que o POR assume a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove sobre o consumo de recursos e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes. Considera, inclusivamente, que a sua gestão e valorização constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável, pelo que as recomendações apresentadas pela AAE no âmbito deste FCD surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).

Contudo, entende-se que deve ser definida/delimitada a área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar, tal como um conjunto de critérios que asseguram a sua pertinência e adequabilidade, tendo em conta a vocação endógena do território.

Não obstante, perspetiva-se que a implementação do POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valoração.

Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social

A implementação do POR Centro permitirá contribuir para os objetivos do FCD Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social, especialmente para o reforço do investimento na educação e na melhoria das qualificações da população e na eficácia das respostas sociais a problemas como o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Neste sentido, é também promovida a redução das assimetrias regionais e a fixação de população nas áreas menos desenvolvidas, e a consequente regeneração territorial e minimização dos efeitos associados ao despovoamento.

No entanto, e apesar de não serem identificadas ameaças, é necessário que o POR Centro reforce a importância da formação ambiental, que promova um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente a qualidade de vida da população.

Qualidade Ambiental

As oportunidades identificadas no âmbito deste FCD prendem-se essencialmente com a promoção da melhoria da qualidade do ar, através dos projetos apoiados no âmbito da eficiência energética e

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

mobilidade regional, para além da oportunidade ao nível da resolução ou prevenção de dissonâncias ambientais. Assim, e de acordo com a análise desenvolvida na AAE, no que refere à Qualificação Ambiental, verificou-se que a proposta do POR Centro dispõe de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspectivam uma evolução positiva na Região do Centro.

Conclui-se que os efeitos ambientais previstos são positivos, pelo que se prevê um contributo positivo no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro.

Não obstante, importa considerar as recomendações definidas no âmbito deste FCD e que pretendem contribuir para potenciar as oportunidades identificadas e dar resposta às ameaças.

Riscos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Considera-se pertinente referir que as temáticas, operações e intervenções diretamente associadas aos Riscos e Alterações Climáticas são abrangidas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria). No entanto, são temáticas transversais e cujos princípios de salvaguarda e atuação devem ser garantidas e integradas nas estratégias e orientações das intervenções ou operações no âmbito, objetivos e princípios dos restantes PO, como o POR Centro, no sentido deste promover e contribuir para a prevenção e minimização de riscos e para as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. Assim, foi integrada na AAE a avaliação a um FCD “Riscos naturais, tecnológicos e mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”.

Neste sentido, e apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Centro não contemplar uma abordagem direta ao nível dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio, nomeadamente com a integração das recomendações da AAE efetuadas no âmbito deste FCD principalmente associadas à internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos específicos (plataformas, ferramentas, procedimentos) de governação que permitam assegurar uma adequada articulação entre o POR Centro e o PO SEUR, e com os restantes PO, de modo a que as intervenções e operações apoiadas no âmbito deste POR se constituam oportunidades complementares.

Salienta-se ainda o facto dos efeitos positivos potenciais irem muito para além dos objetivos em torno da especialização produtiva da Região Centro e da necessidade de aumentar níveis de intensidade tecnológica, de conhecimento, de inovação e de produtividade, uma vez que a especialização inteligente do Centro interliga-se fortemente com prioridades estratégicas nucleares relevantes como a da coesão territorial, a valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais, as tecnologias, a qualidade de vida e a inovação territorial, com especial foco para a inovação em meios rurais.

Por sua vez, e no âmbito específico dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, importa referir que a proposta de recomendações pretende que os projetos apoiados no âmbito do POR Centro internalizem a questão dos riscos e das alterações climáticas, de modo a acautelar preventivamente potenciais ocorrências com efeitos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações nos diversos FCD que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR Centro. Destacam-se assim: Reformulação dos critérios de seleção e avaliação contemplados pelo PI 6.3, no sentido de explicitarem de forma clara e objetiva as ações que podem ser apoiadas relativas à promoção, recuperação, reabilitação ou de valorização do património presente; Promoção de uma agenda e rede cultural que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas; Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc); Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção, a integrar no PI 6.4 que estabeleçam orientações específicas para a localização das empresas, tendo em conta a ocupação do solo, estimando a forma como estas afetam o ambiente onde se inserem. Importa por isso ter em conta as mais-valias ambientais geradas por estas empresas por um lado, e as práticas desenvolvidas que promovem a conservação da natureza ou a gestão sustentável /otimizada dos recursos naturais, por outro e;

RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL

Adoção e definição de critérios de seleção, a integrar no PI 6.4 que permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos.

Em síntese, considera-se que importa considerar as recomendações propostas pela AAE e reforçar na proposta do POR a articulação e ligação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações ou a forma como essas servirão para concretizar os respetivos Objetivos Específicos. Estas questões aplicam-se essencialmente aos OT cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

Não obstante, a proposta de POR assume-se como bastante positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.